



SIMULADO FINAL

ISS
GUARULHOS SP
AUDITOR(A) FISCAL VI
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS Guarulhos, cargo de Auditor Fiscal VI;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/KasCaZWQzczVRHE99>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4gCDFor>

CADERNO 1 - BÁSICO (MANHÃ)**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1**

Os mananciais e bacias hidrográficas saudáveis são infraestruturas naturais imprescindíveis para quase todas as cidades do mundo. Além de coletar, armazenar e filtrar a água, elas contribuem para a preservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e a adaptação a elas, a segurança alimentar, a saúde e o bem-estar dos seres humanos. Atualmente, segundo as estimativas, 1,7 bilhão de habitantes das maiores cidades do mundo dependem de águas procedentes de mananciais cujas bacias hidrográficas estão situadas a centenas ou, às vezes, a milhares de quilômetros de distância. Até 2050, os mananciais em bacias hidrográficas que abastecem áreas urbanas servirão até dois terços da população global, embora representem um terço da superfície terrestre.

Ao concentrar empregos, serviços e investimentos, as cidades serão claramente as impulsionadoras do crescimento econômico. Para crescer de forma sustentável, porém, elas precisarão assumir um papel ativo na proteção das águas e dos mananciais das quais dependem a população e a natureza. No entanto, as cidades não conseguem fazer isso sozinhas. Os mananciais nas bacias hidrográficas são o ponto de convergência dos esforços de quem está trabalhando para melhorar a resiliência das cidades, aumentar a segurança hídrica e impulsionar o desenvolvimento sustentável, contribuindo para um clima estável.

1. De acordo com as ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) A preservação dos mananciais constitui responsabilidade exclusiva das cidades, uma vez que as áreas urbanas são as principais beneficiárias dos recursos hídricos.
- b) A distância entre as cidades e as bacias hidrográficas torna pouco relevante a participação dos governos urbanos na preservação dos mananciais.

c) O crescimento econômico das cidades é incompatível com a proteção dos mananciais e com a preservação da biodiversidade.

d) A proteção dos mananciais exige a participação ativa das cidades e a integração de diferentes agentes, pois a segurança hídrica está associada à sustentabilidade urbana e ambiental.

e) Até 2050, as bacias hidrográficas que abastecem as áreas urbanas ocuparão dois terços da superfície terrestre e atenderão apenas um terço da população mundial.

2. Ao concentrar empregos, serviços e investimentos, as cidades serão claramente as impulsionadoras do crescimento econômico.

A oração destacada acima tem valor de:

- a) Condição
- b) Explicação
- c) Tempo
- d) Concessão
- e) Proporcionalidade.

3. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. No terceiro período do primeiro parágrafo, o verbo “dependem” poderia ser corretamente substituído por “depende”.

II. No primeiro período do texto, o termo “as” empregado é facultativo.

III. No segundo período do primeiro parágrafo, o termo “a água” é objeto direto de três verbos.

Está(ão) correta(s)

- a) Somente I
- b) I e III
- c) II e III
- d) Somente II
- e) Somente III

4. Com base nas relações de regência presentes no texto, assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está correto.

- a) As cidades deverão dedicar-se à **proteger** os mananciais dos quais dependem.
- b) A preservação das bacias hidrográficas interessa à **todas** as cidades do mundo.
- c) Os projetos ambientais devem garantir segurança hídrica à **uma** parcela significativa da população.
- d) As cidades precisam recorrer à **estratégias** destinadas à preservação dos recursos hídricos.
- e) A proteção dos mananciais é indispensável à **manutenção** da segurança hídrica e da biodiversidade.

5. Julgue os itens quanto aos efeitos de sentido e à classificação gramatical de termos empregados em trechos do texto. Registre (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- I. Em “**Além de** coletar, armazenar e filtrar a água”, a expressão destacada constitui uma locução prepositiva e estabelece sentido de adição.
- II. Em “**elas** contribuem para a preservação da biodiversidade”, o termo destacado é um pronome pessoal que retoma a expressão “infraestruturas naturais” e exerce a função de sujeito.
- III. Em “**Atualmente**, segundo as estimativas”, o termo destacado pertence à classe dos adjetivos e caracteriza o substantivo “estimativas”.
- IV. Em “**embora** representem um terço da superfície terrestre”, o termo destacado é uma conjunção coordenativa adversativa.
- V. Em “as águas e os mananciais **dos quais** dependem a população e a natureza”, a expressão destacada é constituída pela preposição “de” e por um pronome relativo, exercendo a função de objeto indireto do verbo “dependem”.

A sequência correta é:

- a) V – V – F – F – V
- b) V – F – V – F – V
- c) F – V – F – V – F
- d) V – V – F – V – F
- e) F – F – V – V – V

6. Julgue os itens quanto aos efeitos de sentido e à função sintática de termos empregados em trechos do texto. Registre (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- I. Em “contribuem para a preservação da biodiversidade”, a expressão sublinhada exerce a função de complemento nominal.
- II. Em “as cidades serão claramente as impulsionadoras do crescimento econômico”, o termo “impulsionadoras” exerce a função de núcleo do sujeito.
- III. Em “contribuindo para um clima estável”, a expressão sublinhada exerce a função de adjunto adverbial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) V – F – V
- b) V – V – F
- c) F – V – V
- d) F – F – V
- e) V – F – F

7. Considerando as relações de regência estabelecidas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Em “dependem de águas procedentes de mananciais”, a preposição “**de**” introduz um complemento nominal ligado ao substantivo “habitantes”.
- b) Em “assumir um papel ativo na proteção das águas”, o verbo “**assumir**” rege a preposição “em”, representada pela contração presente em “na”.
- c) Em “a mitigação das mudanças climáticas e a adaptação a elas”, a preposição “**a**” é exigida pela regência do substantivo “adaptação”.
- d) Em “contribuem para um clima estável”, a preposição “**para**” é exigida pela regência do adjetivo “estável”.
- e) Em “trabalhando para melhorar a resiliência das cidades”, o verbo “**melhorar**” é transitivo indireto e exige a preposição “a” antes de seu complemento.

8. Considerando as regras de colocação dos pronomes átonos na norma-padrão, assinale a alternativa em que o comentário sobre a posição do pronome está correto.
- a) Em “As cidades não se responsabilizam sozinhas pela preservação dos mananciais”, a próclise é obrigatória devido à presença do advérbio de negação “não”.
- b) Em “As cidades dedicar-se-ão à proteção dos recursos hídricos”, seria incorreto deslocar o pronome para antes do verbo, visto que ele foi empregado no futuro.
- c) Em “Embora as cidades responsabilizem-se pela proteção das águas, não podem agir sozinhas”, a ênclise é obrigatória porque a conjunção “embora” impede a próclise.
- d) Em “Quem dedicou-se à proteção dos mananciais contribuiu para a segurança hídrica”, a ênclise está correta, pois o pronome relativo “quem” não interfere na colocação pronominal.
- e) Em “Se tornarão mais resilientes as cidades que preservarem seus mananciais”, a próclise está de acordo com a norma-padrão, pois os pronomes átonos podem iniciar livremente uma oração.

ENTRE O SOFÁ E A MARATONA

Bruno Gualano

Há cada vez mais indícios de que pequenas mudanças no estilo de vida fazem diferença. Uma ampla revisão sistemática avaliou o impacto do acréscimo de apenas cinco minutos diários de atividade física moderada a vigorosa e da redução de 30 minutos no tempo sentado. A análise reuniu dados de milhares de participantes e considerou dois cenários: em um deles, somente os 20% menos ativos adotariam as mudanças; no outro, todos cumpririam as metas, com exceção dos 20% mais ativos. Os resultados indicaram que cinco minutos adicionais de atividade poderiam prevenir entre 6% e 10% das mortes, enquanto a redução do tempo sentado também produziria benefícios relevantes.

As simulações apontaram benefícios maiores justamente entre as pessoas menos ativas. O aumento da atividade física de 1 para 11 minutos diários associou-se à redução de 42% no risco de mortalidade, enquanto os

acréscimos em níveis já elevados produziram ganhos menores. Até mesmo 30 minutos de atividade leve, como realizar tarefas domésticas ou caminhar lentamente, foram associados à prevenção de aproximadamente 9% das mortes entre os mais inativos. Embora seja improvável que toda a população alcance as recomendações da Organização Mundial da Saúde, metas modestas e possíveis podem gerar impactos significativos na saúde pública.

Os resultados reforçam que, quando o assunto é movimento, cada minuto conta. Subir escadas, interromper longos períodos diante da tela, caminhar, passear com o cachorro ou praticar algum esporte são formas acessíveis de permanecer ativo. À medida que as evidências se acumulam, torna-se mais claro que os benefícios da atividade física não exigem esforços extraordinários. Contrariando a máxima do mundo fitness segundo a qual não há resultado sem sofrimento, a ciência demonstra que, entre o sofá e a maratona, existe um caminho intermediário capaz de melhorar a saúde e contribuir para a longevidade.

9. De acordo com as ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.
- a) Somente atividades físicas intensas e prolongadas são capazes de reduzir o risco de mortalidade.
- b) O cumprimento integral das recomendações da OMS é condição indispensável para a obtenção de benefícios à saúde.
- c) Os indivíduos que já apresentam níveis elevados de atividade física são os que mais se beneficiam de pequenos acréscimos de movimento.
- d) Mudanças modestas e realistas na rotina podem produzir benefícios relevantes, especialmente entre as pessoas menos ativas.
- e) A redução do tempo sentado apresenta resultados superiores aos obtidos por qualquer forma de atividade física.

10. No trecho “**Embora** seja improvável que toda a população alcance as recomendações da Organização Mundial da Saúde, metas modestas e possíveis podem gerar impactos significativos na saúde pública”, o conectivo destacado estabelece entre as ideias uma relação de

- a) causa, pois apresenta o motivo pelo qual as metas de atividade física devem ser reduzidas.
- b) conclusão, pois introduz uma consequência inevitável das recomendações da OMS.
- c) concessão, pois apresenta uma circunstância que poderia impedir a validade da ideia principal, mas não a impede.
- d) condição, pois subordina os benefícios da atividade física ao cumprimento das recomendações da OMS.
- e) finalidade, pois indica o objetivo da adoção de metas mais modestas.

11. Analise o valor gramatical do vocábulo “que” nas três ocorrências retiradas do texto.

- I. “A evidência mais recente vem de uma ampla revisão sistemática **que** estimou a proporção de mortes potencialmente evitáveis.”
- II. “Atividade física de intensidade moderada a vigorosa — aquela **que** acelera os batimentos cardíacos e a respiração.”
- III. “É improvável **que** toda a população alcance as diretrizes da OMS.”

Assinale a alternativa correta.

- a) Em I e II, o vocábulo “que” é pronome relativo e exerce a função de sujeito; em III, é conjunção integrante e não desempenha função sintática no interior da oração que introduz.
- b) Em I, o vocábulo “que” é conjunção integrante; em II e III, é pronome relativo e exerce a função de sujeito.
- c) Nas três ocorrências, o vocábulo “que” é pronome relativo, pois retoma termos expressos anteriormente.
- d) Em I, o vocábulo “que” exerce a função de objeto direto; em II, exerce a função de sujeito; em III, é conjunção subordinativa causal.

e) Em I e II, o vocábulo “que” é conjunção integrante; em III, é pronome relativo com função de objeto direto.

12. Assinale a alternativa que reescreve corretamente o trecho “À medida que as evidências se acumulam, torna-se cada vez mais claro que os benefícios da atividade física não exigem esforços extraordinários”, preservando seu sentido original.

- a) Apesar de as evidências se acumularem, permanece claro que os benefícios da atividade física exigem esforços extraordinários.
- b) Como as evidências deixaram de se acumular, tornou-se menos evidente que a atividade física produz benefícios.
- c) Quanto mais as evidências se acumulam, mais claro se torna que os benefícios da atividade física não exigem esforços extraordinários.
- d) As evidências se acumulam, na proporção que os benefícios da atividade física somente sejam obtidos por meio de esforços extraordinários.
- e) Na medida em que as evidências se acumulassem, os benefícios da atividade física passariam a exigir esforços cada vez maiores.

13. Considere o seguinte trecho:

“Os novos achados reforçam a ideia de que, quando o assunto é movimento, cada minuto conta.”

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho preserva seu sentido original e está de acordo com as regras gramaticais da norma-padrão.

- a) A ideia de que cada minuto conta, quando o assunto é movimento, é reforçada pelos novos achados.
- b) A ideia de que cada minuto conta, quando o assunto é movimento, são reforçados pelos novos achados.
- c) Os novos achados reforçam à ideia de que, quando o assunto é movimento, cada minuto conta.
- d) Os novos achados reforçam a ideia onde, quando o assunto é movimento, cada minuto conta.
- e) Os novos achados lhe reforçam, quando o assunto é movimento, pois cada minuto conta.

14. Considere o seguinte trecho:

“Os novos achados reforçam a ideia de que, **quando o assunto é movimento**, cada minuto conta.”

A respeito do emprego das vírgulas nesse trecho, assinale a alternativa correta.

- a) As vírgulas isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa que caracteriza o substantivo “ideia”.
- b) As vírgulas separam uma oração subordinada adverbial temporal intercalada na oração que funciona como complemento de “ideia”.
- c) A primeira vírgula separa o verbo “reforçam” de seu objeto direto, enquanto a segunda marca a omissão desse verbo.
- d) As vírgulas isolam um aposto explicativo que esclarece o sentido da expressão “os novos achados”.
- e) O emprego das vírgulas é facultativo, pois as orações subordinadas introduzidas pela conjunção “quando” nunca precisam ser isoladas.

15. Considere o emprego do verbo destacado no seguinte trecho:

“A meta-análise **reuniu** dados individuais de sete coortes da Noruega, Suécia e Estados Unidos.”

Assinale a alternativa em que o verbo destacado apresenta a mesma transitividade do verbo “**reuniu**” no trecho acima.

- a) Os participantes **dependiam** de mudanças realistas na rotina diária.
- b) Pequenas alterações no estilo de vida **produzem** benefícios relevantes para a saúde.
- c) Os pesquisadores **contribuíram** para o desenvolvimento do estudo.
- d) Os indivíduos menos ativos **necessitam** de metas mais acessíveis.
- e) A população **acredita** nos benefícios da atividade física moderada.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

16. Em uma fiscalização tributária, considere as seguintes proposições:

- P: O contribuinte apresentou recurso administrativo.
- Q: O contribuinte efetuou o pagamento integral do débito.
- R: O processo administrativo será arquivado.

A norma interna estabelece a seguinte regra:

“Se o contribuinte apresentou recurso administrativo e efetuou o pagamento integral do débito, então o processo administrativo será arquivado.”

Sabe-se que essa proposição é falsa.

Com base exclusivamente nessas informações, é necessariamente correto afirmar que:

- a) o contribuinte apresentou recurso administrativo, efetuou o pagamento integral do débito e o processo administrativo não será arquivado.
- b) o contribuinte não apresentou recurso administrativo e não efetuou o pagamento integral do débito.
- c) o contribuinte não apresentou recurso administrativo ou não efetuou o pagamento integral do débito.
- d) o contribuinte apresentou recurso administrativo e efetuou o pagamento integral do débito, mas o processo será arquivado.
- e) o processo administrativo não será arquivado, independentemente da situação relativa ao recurso e ao pagamento.

17. Uma secretaria municipal realizou um levantamento sobre processos tributários analisados por três grupos de fiscalização: A, B e C. Os resultados foram:

- 280 processos foram analisados pelo grupo A;
- 240 foram analisados pelo grupo B;
- 190 foram analisados pelo grupo C;
- 130 foram analisados simultaneamente por A e B;
- 100 foram analisados simultaneamente por A e C;
- 90 foram analisados simultaneamente por B e C;
- 60 foram analisados simultaneamente pelos três grupos.

Os números relativos às interseções incluem os processos que também pertencem ao terceiro grupo. O número de processos analisados por exatamente dois dos três grupos é:

- a) 120.
- b) 130.
- c) 135.
- d) 140.
- e) 150.

18. Em determinado procedimento de acompanhamento da arrecadação municipal, os valores mensais de um indicador, em unidades, foram registrados de acordo com a sequência:

3, 7, 13, 21, 31, ...

Mantido esse padrão, o 10º termo da sequência será igual a:

- a) 101.
- b) 107.
- c) 111.
- d) 117.
- e) 121.

19. Um município arrecadou determinado tributo de quatro segmentos econômicos durante certo período, conforme a tabela:

Segmento	Base de cálculo	Alíquota efetiva
I	R\$ 1.200.000	2,5%
II	R\$ 800.000	3,0%
III	R\$ 500.000	4,2%
IV	R\$ 300.000	5,0%

Considerando que a arrecadação de cada segmento seja obtida pela aplicação de sua respectiva alíquota sobre a base de cálculo, a alíquota média efetiva, calculada sobre a base total dos quatro segmentos, é, aproximadamente:

- a) 2,95%.
- b) 3,00%.
- c) 3,10%.
- d) 3,15%.
- e) 3,21%.

20. Uma equipe de fiscalização, composta por 8 servidores, consegue analisar 960 processos em 15 dias, mantendo produtividade constante por servidor e por dia.

Em razão de uma alteração no sistema utilizado, a produtividade individual de cada servidor será 15% menor. Para uma nova operação, a equipe contará com 10 servidores, que trabalharão durante 12 dias, nas mesmas condições de jornada.

Mantidas essas condições, o número de processos que poderá ser analisado na nova operação será:

- a) 792.
- b) 816.
- c) 840.
- d) 864.
- e) 880.

21. Um contribuinte dispõe de determinado capital e avalia duas possibilidades de aplicação, ambas com capitalização mensal:

- Modalidade I: juros simples de 5% ao mês;
- Modalidade II: juros compostos de 4% ao mês.

Considerando o mesmo capital inicial nas duas modalidades, após 6 meses, a diferença entre os dois montantes, expressa como percentual do capital inicialmente aplicado, é, aproximadamente:

- a) 0,5%
- b) 1,5%
- c) 2,5%
- d) 3,5%
- e) 4,5%

22. Um contribuinte possui um débito tributário cujo valor nominal é de R\$ 50.000,00, com vencimento previsto para cinco meses.

Para antecipar o pagamento, é concedido desconto comercial simples de 2,4% ao mês, calculado sobre o valor nominal do débito.

Considerando a aplicação do desconto durante os cinco meses, o valor necessário para a quitação antecipada será de:

- a) R\$ 42.800,00.
- b) R\$ 43.600,00.
- c) R\$ 44.000,00.
- d) R\$ 44.600,00.
- e) R\$ 45.200,00.

23. Uma empresa deverá quitar uma obrigação financeira de R\$ 14.520,00 exatamente daqui a 1 ano.

Para formar o valor necessário à quitação, pretende realizar hoje uma única aplicação financeira que remunera o capital à taxa efetiva de 10% ao semestre, em regime de juros compostos.

Desconsiderando impostos, taxas e outras despesas, o valor que deverá ser aplicado hoje é:

- a) R\$ 11.500,00.
- b) R\$ 12.000,00.
- c) R\$ 12.100,00.
- d) R\$ 12.500,00.
- e) R\$ 13.200,00.

24. Um município contraiu uma dívida de R\$ 90.000,00, a ser amortizada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) em 10 parcelas mensais, à taxa de 1,5% ao mês, sem considerar outros encargos.

Sabendo que, no SAC, a amortização do principal é constante e que os juros de cada período incidem sobre o saldo devedor existente no início daquele período, o total de juros pagos ao longo dos 10 meses será de:

- a) R\$ 6.750,00.
- b) R\$ 7.200,00.
- c) R\$ 7.425,00.
- d) R\$ 7.650,00.
- e) R\$ 8.100,00.

25. Jurema, uma pequena empresária do ramo de roupas, para quitar uma dívida no banco STONE que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, deverá efetuar um pagamento de K reais daqui a um ano e outro de 2K reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que K é igual a

- a) R\$ 26.578,00
- b) R\$ 28.584,00
- c) R\$ 30.326,40
- d) R\$ 29.160,00
- e) R\$ 30.000,00

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*Emannuelle Gouveia*

26. No desenvolvimento de um banco de dados, as etapas de modelagem representam diferentes níveis de abstração da estrutura das informações. A relação correta entre esses níveis e seus objetivos é:

- a) A modelagem conceitual representa os principais dados e relacionamentos do negócio, a modelagem lógica organiza esses elementos em estruturas compatíveis com o modelo de dados e a modelagem física define a implementação no SGBD.
- b) A modelagem conceitual define exclusivamente índices e arquivos de armazenamento, enquanto a modelagem física descreve as regras de negócio sem considerar o ambiente computacional.
- c) O modelo relacional substitui o modelo Entidade-Relacionamento, pois não utiliza tabelas, atributos ou chaves para representar dados.
- d) O modelo Entidade-Relacionamento é aplicado apenas na fase física do projeto, pois depende diretamente da definição do SGBD utilizado.
- e) A modelagem lógica determina apenas a aparência das telas do sistema, enquanto a modelagem física representa os processos executados pelos usuários.

27. Ao analisar a estrutura de tabelas de um banco de dados relacional, um administrador identifica registros repetidos e dificuldades para manter informações consistentes após alterações. Para solucionar esse tipo de problema, a normalização é aplicada com a finalidade de:

- a) Aumentar a quantidade de dados duplicados para melhorar o desempenho das consultas realizadas pelos usuários.
- b) Eliminar completamente o uso de chaves primárias e estrangeiras nas tabelas do modelo relacional.
- c) Concentrar todas as informações do sistema em uma única tabela para facilitar a manutenção dos registros.
- d) Organizar os dados de forma a reduzir redundâncias e anomalias de inserção, atualização e exclusão.
- e) Substituir o modelo relacional por estruturas físicas específicas de armazenamento do SGBD.

28. Sobre os conceitos de bancos de dados NoSQL, é correto afirmar que:

- a) Utilizam obrigatoriamente o modelo relacional tradicional, com tabelas, linhas e colunas definidas previamente.
- b) Exigem sempre a aplicação das mesmas regras de normalização utilizadas em bancos de dados relacionais.
- c) Foram desenvolvidos exclusivamente para substituir todos os sistemas relacionais, independentemente do tipo de aplicação.
- d) Não permitem distribuição dos dados em múltiplos servidores, pois dependem de armazenamento centralizado.
- e) Podem utilizar diferentes modelos de armazenamento, como documentos, chave-valor, colunas largas e grafos, oferecendo maior flexibilidade para determinados cenários.

29. Um órgão público utiliza certificados digitais em seus processos eletrônicos para garantir a autenticidade e a integridade dos documentos assinados. Considerando os conceitos envolvidos na técnica de assinatura digital, é correto afirmar que:

- a) A assinatura digital utiliza a chave pública do assinante para gerar a assinatura e a chave privada para validar a autenticidade do documento.
- b) A assinatura digital consiste na criptografia integral do documento com a chave privada do remetente, permitindo que qualquer usuário com a chave pública recupere o conteúdo original.
- c) A assinatura digital utiliza um resumo criptográfico (hash) do documento, que é assinado com a chave privada do signatário, permitindo a verificação por meio da chave pública correspondente.
- d) A assinatura digital garante somente a confidencialidade do documento, impedindo que terceiros tenham acesso ao conteúdo transmitido.
- e) A assinatura digital dispensa o uso de certificados digitais, pois a associação entre a chave pública e o titular é realizada diretamente pelo algoritmo criptográfico.

30. Uma instituição analisa a adoção de ambientes analíticos para armazenar e explorar grandes volumes de dados provenientes de diferentes fontes. Considerando as características de Data Warehouse e Data Lake, é correto afirmar que:

- a) O Data Lake armazena exclusivamente dados estruturados e previamente tratados, enquanto o Data Warehouse mantém dados em formato bruto para análises exploratórias.
- b) O Data Warehouse é voltado para dados estruturados e preparados para análises, enquanto o Data Lake permite armazenar dados em diferentes formatos, incluindo dados brutos.
- c) O Data Warehouse e o Data Lake possuem a mesma finalidade e diferenciam-se apenas pelo fornecedor da tecnologia utilizada.

d) O Data Lake substitui obrigatoriamente o Data Warehouse, pois ambos possuem o mesmo modelo de organização e processamento dos dados.

e) O Data Warehouse é utilizado principalmente para armazenar dados sem tratamento, permitindo análises posteriores conforme a necessidade dos usuários.

ANÁLISE DE DADOS

Raphael Lacerda

31. Os bancos de dados NoSQL surgiram como alternativa aos bancos relacionais para atender demandas de aplicações modernas que lidam com grandes volumes de dados. Sobre os tipos de bancos de dados NoSQL, é correto afirmar que:

- a) O modelo orientado a documentos armazena dados em formato tabular com esquema rígido, sendo o PostgreSQL um exemplo típico.
- b) O modelo chave-valor é o mais simples, armazenando dados como pares de chave e valor, tendo o Redis como um de seus principais representantes.
- c) O modelo orientado a grafos armazena dados exclusivamente em formato JSON, sendo ideal para sistemas de cache.
- d) O modelo orientado a colunas utiliza tabelas normalizadas na terceira forma normal, garantindo integridade referencial.
- e) O modelo orientado a documentos não permite consultas em campos internos dos documentos, exigindo sempre busca pela chave primária.

32. Uma Secretaria da Fazenda Municipal está implementando um sistema de análise de dados fiscais que processa diariamente milhões de notas fiscais eletrônicas provenientes de diversos estabelecimentos comerciais. O sistema deve ser capaz de: (I) processar dados em tempo real para detecção de fraudes; (II) integrar informações de múltiplas fontes como NFe, NFCe, registros de contribuintes e dados bancários; (III) armazenar histórico de transações dos últimos 10 anos. Considerando as características do Big Data, analise as afirmativas:

- I. O requisito de processar dados em tempo real para detecção de fraudes está diretamente relacionado à característica de Velocidade do Big Data.
- II. A necessidade de integrar dados de múltiplas fontes com formatos distintos (XML, JSON, dados tabulares) representa o desafio da Variedade.
- III. O armazenamento de histórico de 10 anos de transações fiscais exemplifica a característica de Volume.
- IV. A garantia de que os dados fiscais são confiáveis e livres de inconsistências representa a característica de Veracidade, que faz parte dos 3 Vs originais do Big Data.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

33. Uma empresa de e-commerce precisa armazenar grandes volumes de dados provenientes de diversas fontes, incluindo logs de navegação, registros de compras, avaliações de clientes e dados de redes sociais. A equipe de TI precisa decidir entre utilizar um Data Warehouse ou um Data Lake. Sobre as características dessas soluções, é correto afirmar que:

- a) O Data Warehouse é ideal para armazenar dados brutos e não estruturados sem necessidade de organização prévia, utilizando o conceito de "schema-on-read".
- b) O Data Lake exige que os dados sejam transformados e organizados antes do armazenamento, seguindo o conceito de "schema-on-write".
- c) O Data Lake permite armazenar dados em seu formato original (brutos), sem necessidade de estruturação prévia, aplicando esquema apenas no momento da leitura.
- d) O Data Warehouse e o Data Lake são tecnicamente idênticos, diferindo apenas na nomenclatura utilizada por diferentes fornecedores.
- e) O Data Lake utiliza exclusivamente o modelo relacional, enquanto o Data Warehouse trabalha com modelos NoSQL.

34. A mineração de dados (data mining) é um processo de descoberta de padrões e conhecimentos em grandes conjuntos de dados. Sobre as técnicas e características da mineração de dados, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A mineração de dados pode utilizar tanto bancos de dados relacionais quanto bancos NoSQL como fonte de dados.
- b) Técnicas de classificação são utilizadas para prever a categoria de novos dados com base em um conjunto de treinamento previamente rotulado.
- c) A mineração de dados pode ser aplicada apenas em dados estruturados, não sendo possível extrair padrões de textos ou imagens.
- d) O processo de mineração de dados frequentemente inclui etapas de pré-processamento como limpeza e transformação dos dados.
- e) Algoritmos de clustering agrupam dados similares sem a necessidade de rótulos prévios, sendo considerados técnicas de aprendizado não supervisionado.

35. Um auditor fiscal precisa enviar um relatório oficial garantindo que: (1) o documento não seja alterado durante a transmissão, (2) seja possível comprovar que foi ele quem assinou o documento, e (3) ele não possa negar posteriormente a autoria da assinatura. Para atender a esses requisitos utilizando criptografia assimétrica, o auditor deve:

- a) Cifrar o documento com a chave pública do destinatário e anexar seu certificado digital.
- b) Gerar um hash do documento, cifrá-lo com sua chave privada e anexar o resultado ao documento original.
- c) Cifrar o documento inteiro com sua chave privada e enviar junto com sua chave pública.
- d) Utilizar apenas um algoritmo de hash como SHA-256 para gerar um resumo do documento.
- e) Cifrar o documento com uma chave simétrica e enviar a chave por outro canal de comunicação.

LGPD

Rodrigo Bet

36. Durante o procedimento de lançamento de ofício do ISS de uma clínica médica em Guarulhos, a fiscalização tributária municipal constatou a necessidade de analisar relatórios de atendimento contendo dados de saúde de pacientes. O representante legal da empresa alegou ser inviável a prestação das informações sem o prévio consentimento assinado por cada um dos pacientes afetados. Diante do que preconiza a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- a) O consentimento do titular é indispensável em qualquer hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis, sob pena de nulidade do auto de infração.
- b) O tratamento dos dados pela Administração Tributária para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador independe do

consentimento do titular, devendo o município dar publicidade a essa dispensa.

- c) A Prefeitura de Guarulhos apenas poderia utilizar esses dados caso fossem colhidos com anuência prévia e expressa do Ministério da Saúde.
- d) O uso de dados sensíveis para fiscalização de tributos constitui ato abusivo e desproporcional, sendo vedado em qualquer circunstância pela LGPD.
- e) A dispensa do consentimento aplica-se exclusivamente às empresas privadas prestadoras de serviços de saúde, não alcançando os órgãos públicos.

37. Após o encerramento de um processo administrativo fiscal relativo ao recolhimento do ISS sobre serviços de informática prestados em Guarulhos, o contribuinte notificado exigiu a exclusão e eliminação imediata de todos os seus dados dos servidores da Secretaria Municipal de Finanças. Com base nos preceitos da LGPD sobre a manutenção dos dados, assinale a alternativa correta.

- a) A eliminação é obrigatória e imediata, não cabendo ao Fisco conservar qualquer dado após a finalização do processo tributário específico.
- b) É autorizada a conservação dos dados pessoais pela municipalidade para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ou para seu uso exclusivo sob anonimização.
- c) O Fisco pode conservar os dados por tempo indeterminado e disponibilizá-los livremente para venda ou permuta comercial com terceiros privados.
- d) O encerramento do tratamento de dados ocorre exclusivamente por ordem expressa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- e) Caso o titular revogue o consentimento, o Fisco fica obrigado a eliminar os dados, inclusive aqueles necessários à guarda previdenciária e fiscal obrigatória.

38. Com o intuito de modernizar a auditoria fiscal do ISS e adequá-la aos padrões normativos vigentes, a Secretaria Municipal de Finanças de Guarulhos reorganizou suas rotinas internas e definiu responsabilidades operacionais conforme a LGPD. Sobre os papéis do Controlador, Operador e Encarregado no ambiente da fiscalização tributária, assinale a alternativa correta.

- a) O operador de dados possui autonomia para decidir as finalidades do tratamento, não ficando vinculado às instruções transmitidas pelo controlador.
- b) A indicação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) é facultativa para os órgãos da Administração Pública Municipal.
- c) As informações de contato e a identidade do Encarregado indicado pela administração pública devem ser divulgadas publicamente, preferencialmente no sítio eletrônico.
- d) O relatório de impacto à proteção de dados pessoais aplica-se exclusivamente a empresas privadas do setor financeiro, sendo inaplicável ao setor público.
- e) As atribuições do Encarregado restringem-se ao atendimento presencial ao público, sendo-lhe vedado prestar orientações internas aos servidores do órgão.

39. Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), constitui dado pessoal sensível o dado referente a:

- a) número de CPF.
- b) dados bancários e financeiros.
- c) placa de veículo automotor
- d) endereço residencial.
- e) filiação a sindicato.

40. Sobre o dado anonimizado, à luz da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- a) É espécie de dado pessoal sensível.
- b) É o dado que perde a possibilidade de associação a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

- c) Não será considerado dado pessoal, salvo quando o processo de anonimização puder ser revertido com esforços razoáveis.
- d) Uma vez anonimizado, o dado jamais voltará a ser considerado dado pessoal.
- e) É vedada em qualquer hipótese a conservação de dados após o término de seu tratamento, ainda que anonimizados.

CADERNO 2 - JURÍDICO (MANHÃ)

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

41. Em relação à delegação do poder de polícia e às fases que compõem o seu ciclo de atuação, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional qualquer forma de delegação de atos de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública.
- b) A fase correspondente à legislação ou ordem de polícia é a única que, por sua natureza, é absolutamente indelegável a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública.
- c) O ciclo de polícia é composto necessariamente por cinco fases integradas, quais sejam: legislação, delegação, consentimento, interdição e adjudicação.
- d) A delegação do poder de polícia a sociedades de economia mista independe de previsão legal, podendo ser operacionalizada por simples ato administrativo.
- e) Admite-se a delegação do poder de polícia, em todas as suas fases, a empresas estatais que atuem na exploração de atividade econômica em regime de ampla concorrência no mercado.

42. Em relação aos elementos de formação ou requisitos de validade do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A competência administrativa é irrenunciável, pautada no poder-dever de agir, admitindo-se a delegação para a edição de atos de caráter normativo.
- b) O desvio de poder ou de finalidade configura vício no elemento competência, ocorrendo quando o agente atua fora dos limites estabelecidos por sua alçada legal.
- c) Quando a motivação do ato administrativo for obrigatória, a sua ausência configurará vício quanto ao elemento forma.
- d) O motivo é elemento que está presente exclusivamente nos atos administrativos vinculados, sendo inexistente nos atos discricionários.
- e) O objeto accidental é elemento essencial presente em todos os atos administrativos vinculados e discricionários.

43. No que se refere às formas de desfazimento e extinção dos atos administrativos em decorrência da atuação estatal ou de eventos supervenientes, assinale a alternativa correta:

- a) A anulação de um ato administrativo produz efeitos ex nunc, não retroagindo para atingir as situações pretéritas constituídas em sua origem.
- b) A caducidade é a modalidade de desfazimento que decorre do descumprimento, pelo beneficiário, das condições obrigatórias exigidas para a manutenção do ato.
- c) A contraposição ocorre quando o desfazimento do ato se fundamenta em uma nova legislação superveniente que impede a permanência de situação anteriormente consentida pelo Estado.
- d) A cassação tem natureza sancionatória, aplicável quando o beneficiário descumpre os requisitos legais para continuar gozando do benefício concedido.

e) A revogação é o desfazimento de ato administrativo ilegal e viciado, podendo ser declarada tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário no exercício do controle jurisdicional.

44. No que tange aos conceitos de centralização, descentralização e desconcentração, bem como às suas formas de manifestação no âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A descentralização por outorga ocorre quando a Administração Direta transfere a uma pessoa jurídica de direito privado a mera execução de um serviço público por meio de contrato administrativo bilateral.
- b) A desconcentração consiste em uma técnica administrativa de distribuição de competências que pressupõe a existência de, no mínimo, duas pessoas jurídicas distintas.
- c) Na descentralização por colaboração ou delegação, transfere-se por meio de lei a própria titularidade e a execução do serviço público, operando-se a presunção de definitividade.
- d) A desconcentração é a técnica administrativa de distribuição interna de competências realizada dentro de uma mesma pessoa jurídica, estando presente a relação de subordinação e o controle hierárquico.
- e) O controle finalístico exercido pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta decorre de vínculo hierárquico, subordinando os dirigentes ao poder de comando da autoridade central.

45. Acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça relativa ao regime remuneratório e aos direitos dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O abono de permanência, em virtude de sua natureza eminentemente indenizatória e transitória, não integra a base de incidência do adicional de férias nem da gratificação natalina.
- b) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
- c) O regime remuneratório por subsídio, fixado em parcela única, é incompatível com o pagamento simultâneo de gratificações pelo exercício de cargos em comissão ou funções de confiança.
- d) Cabe ao Poder Judiciário conceder aumento de vencimentos a servidores públicos com fundamento no princípio da isonomia.
- e) É inconstitucional a delegação ao Poder Executivo de atribuição para fixar e alterar o valor de parcela remuneratória de servidores públicos, ante o princípio da reserva absoluta de lei em sentido formal.

46. No tocante às teses e às súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça aplicáveis à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo o autor do ato parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda.
- b) O Estado responde de forma subjetiva pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que causem danos a terceiros no exercício de suas funções, prescindindo de ação de regresso contra o responsável.
- c) Constitui causa de responsabilidade objetiva da empresa concessionária de transporte público o roubo praticado mediante assalto à mão armada no interior de coletivo.

d) Aplica-se o prazo prescricional trienal do Código Civil às ações de reparação por danos materiais ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo do Decreto nº 20.910/1932.

e) A caracterização da responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio irregular de fogos de artifício independe de violação a dever jurídico específico de agir do poder público.

47. No âmbito do Direito Administrativo, o conceito e a classificação dos serviços públicos são estruturados a partir da doutrina e da legislação aplicável. Considerando as classificações e os princípios que regem a prestação desses serviços, assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços públicos prestados *uti universi*, tais como o fornecimento domiciliar de água e a telefonia, destinam-se à coletividade e caracterizam-se pela possibilidade de mensuração individual de sua utilização, sendo passíveis de remuneração por taxa.
- b) Conforme a escola formalista ou legalista, adotada no Brasil, considera-se serviço público a atividade que o ordenamento jurídico determine que seja prestada sob regime jurídico de direito público.
- c) Os serviços públicos impróprios constituem atividades essenciais que demandam obrigatoriamente a delegação do Estado à iniciativa privada por meio de contrato de concessão, sendo regidos exclusivamente pelo direito privado.
- d) O serviço de iluminação pública classifica-se como um serviço singular (*uti singuli*) e divisível, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal reconhece a constitucionalidade de sua remuneração mediante a cobrança de taxa.
- e) Pela corrente subjetivista, o conceito de serviço público é determinado exclusivamente pelo conteúdo material e pela relevância social da atividade, independentemente de quem a execute ou do regime jurídico aplicável.

48. No âmbito do processo administrativo, regido pela Lei nº 9.784/1999, bem como pela jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta a respeito do recurso e da revisão administrativa:

- a) A interposição de recurso administrativo independe de caução, sendo inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para a sua admissibilidade.
- b) É permitida a reformatio in pejus na revisão do processo administrativo de que resulte sanção, podendo o julgador agravar a pena do servidor a qualquer tempo, mesmo diante do surgimento de fatos novos.
- c) O recurso administrativo não possui legitimidade para ser interposto por cidadãos ou por associações no tocante à defesa de direitos ou interesses difusos.
- d) A ausência de defesa técnica prestada por advogado em processo administrativo disciplinar configura violação direta à Constituição Federal, ensejando a nulidade do procedimento.
- e) A arguição de suspeição, quando indeferida, ensejará recurso administrativo dotado de efeito suspensivo e devolutivo.

49. No âmbito da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), a respeito do procedimento para solicitação de acesso a informações públicas de interesse geral e da disciplina relativa ao seu fornecimento, assinale a alternativa correta:

- a) O pedido de acesso à informação deve conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, sendo legítimo à Administração exigir a apresentação dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- b) Para a prestação de informações de interesse público, o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.
- c) O órgão ou entidade pública, quando não conceder o acesso imediato à informação disponível, terá o prazo de até 15 (quinze) dias, prorrogáveis de forma motivada por mais 5 (cinco) dias, para prestar as informações ou indicar as razões da recusa.
- d) Do indeferimento do pedido de acesso às informações cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da sua ciência, o qual deverá ser dirigido diretamente à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- e) A pessoa física cuja situação econômica não lhe permita arcar com o ressarcimento dos custos de reprodução de documentos continuará obrigada ao pagamento do valor material cobrado, ante o princípio da indisponibilidade do patrimônio público.

50. No tocante ao controle externo exercido pelos Tribunais de Contas e às regras atinentes às suas competências e julgados fixadas pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O provimento de cargo em comissão por ato administrativo submete-se à apreciação e ao registro obrigatório perante o Tribunal de Contas respectivo.
- b) As decisões dos Tribunais de Contas que impõem condenação patrimonial aos responsáveis têm eficácia de título executivo e podem ser executadas por iniciativa direta do próprio Tribunal ou do Ministério Público que junto a ele atua.
- c) Compete à Câmara de Vereadores a execução de crédito decorrente de multa simples aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal por descumprimento de deveres de colaboração.
- d) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- e) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, vincula-se e subordina-se à revisão e homologação prévia pelo Poder Legislativo respectivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A respeito da supremacia da Constituição e da classificação da CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) A supremacia constitucional decorre exclusivamente do conteúdo material das normas constitucionais.
- b) A rigidez da CF/1988 fundamenta sua supremacia formal e possibilita o controle de constitucionalidade das leis.
- c) A CF/1988 é flexível, pois algumas de suas normas podem ser modificadas por meio de lei complementar.
- d) As normas apenas formalmente constitucionais ocupam posição hierárquica inferior à das normas materialmente constitucionais.
- e) A Constituição rígida não admite alterações em seu texto.

52. A respeito da eficácia e da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) As normas de eficácia plena possuem aplicabilidade imediata, mas podem ter seu alcance restringido pelo legislador ordinário.
- b) As normas de eficácia limitada não produzem qualquer efeito jurídico antes da edição da lei regulamentadora.
- c) As normas programáticas consistem em recomendações políticas, sem força jurídica vinculante para os poderes públicos.
- d) As normas de eficácia contida possuem aplicabilidade direta e imediata, embora seu alcance possa ser restringido nos casos admitidos pela Constituição.
- e) As normas de eficácia plena dependem de regulamentação legislativa para produzir integralmente seus efeitos, embora possam ser aplicadas parcialmente desde a promulgação.

53. A respeito do poder constituinte, assinale a alternativa correta

- a) O poder constituinte derivado reformador é subordinado, condicionado e limitado pelas regras estabelecidas na própria Constituição.
- b) O poder constituinte originário está juridicamente subordinado às normas da Constituição anterior.
- c) Os municípios exercem poder constituinte derivado decorrente ao elaborarem suas respectivas leis orgânicas.
- d) O poder constituinte derivado revisor pode ser novamente exercido sempre que houver aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão unicameral.
- e) O poder constituinte difuso promove alterações formais no texto constitucional por meio da aprovação de emendas.

54. Sobre a aplicação das normas constitucionais no tempo, assinale a alternativa correta

- a) A promulgação de nova Constituição provoca automaticamente a repristinação das leis anteriormente revogadas.
- b) A recepção das leis anteriores depende de compatibilidade formal com o processo legislativo previsto na nova Constituição.
- c) As normas anteriores materialmente compatíveis com a nova Constituição são recepcionadas, ainda que tenham sido elaboradas sob forma legislativa diversa.
- d) A incompatibilidade entre uma lei anterior e a nova Constituição configura inconstitucionalidade superveniente, reconhecida mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A Constituição revogada permanece vigente como legislação ordinária quanto às matérias que não forem disciplinadas pela nova ordem constitucional.

55. Nos termos da CF/1988, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- a) assegurar o pluralismo político e a livre manifestação das diferentes correntes ideológicas.
- b) observar a prevalência dos direitos humanos.
- c) preservar a independência nacional e promover a autodeterminação, a não intervenção e a igualdade entre os Estados.
- d) garantir a independência e a harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- e) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

56. Sobre a inviolabilidade domiciliar, considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A determinação judicial autoriza o ingresso forçado em residência durante o dia ou a noite.
- b) O ingresso sem mandado judicial, inclusive no período noturno, é lícito quando houver fundadas razões, posteriormente justificadas, de flagrante delito no interior da residência.
- c) A denúncia anônima da prática de crime autoriza, por si só, o ingresso imediato dos agentes públicos no domicílio indicado.
- d) O agente público pode entrar em residência sempre que considerar provável a obtenção de provas, ainda que inexistam elementos objetivos prévios e justificativa posterior para a diligência.
- e) Os locais destinados ao exercício de atividade profissional não são protegidos pela inviolabilidade domiciliar, ainda que sejam de acesso restrito.

57. A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e das competências municipais, assinale a alternativa correta.

- a) Aos municípios são reservadas todas as competências que não lhes sejam expressamente vedadas pela CF/1988.
- b) Os municípios podem instituir Poder Judiciário próprio por meio de suas leis orgânicas.
- c) Compete à União intervir diretamente nos municípios localizados no território dos estados.
- d) Compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
- e) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos municípios é exercida exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União, independentemente da existência de órgão estadual competente.

58. A respeito das comissões parlamentares de inquérito, assinale a alternativa correta.

- a) A CPI será criada mediante requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo.
- b) A CPI pode investigar qualquer matéria, ainda que não esteja relacionada às atribuições do órgão legislativo que a instituiu.
- c) Em razão de seus poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a CPI pode determinar interceptação telefônica, busca domiciliar e prisão preventiva.
- d) As conclusões da CPI vinculam o Ministério Público, que deve obrigatoriamente promover a responsabilização dos investigados.
- e) A CPI pode decretar diretamente a indisponibilidade dos bens dos investigados para assegurar futura reparação ao erário.

59. A respeito das leis orçamentárias previstas na CF/1988, assinale a alternativa correta.

- a) A lei orçamentária anual deve tratar exclusivamente da previsão da receita e da fixação da despesa, sem qualquer exceção.
- b) O plano plurianual possui vigência restrita a um exercício financeiro e disciplina apenas as despesas correntes.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias orienta a elaboração da lei orçamentária anual e compreende as metas e prioridades da administração pública.
- d) Os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual são de iniciativa parlamentar e apreciados separadamente por cada Casa do Congresso Nacional.
- e) Os créditos especiais e extraordinários somente podem vigorar no exercício financeiro em que forem autorizados, sem possibilidade de reabertura no exercício seguinte.

60. A respeito do controle concentrado de constitucionalidade previsto na CF/1988, assinale a alternativa correta.

- a) A ADI perante o STF tem como objeto exclusivamente leis municipais.
- b) A ADC pode ter como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.
- c) A decisão do STF em ADI impede o Poder Legislativo de editar nova lei com conteúdo idêntico ao da norma declarada inconstitucional.
- d) As decisões definitivas de mérito proferidas em ADI e ADC produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, nos termos da CF/1988.
- e) Somente o procurador-geral da República e o advogado-geral da União possuem legitimidade para propor ADI e ADC perante o STF.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

61. O Município instituiu, por uma única exação denominada Taxa de Limpeza Urbana, a cobrança pelos serviços de coleta domiciliar de resíduos, varrição de ruas, limpeza de praças e desobstrução de bueiros. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal,

- a) a taxa é integralmente válida, pois todos os serviços indicados são prestados em benefício dos proprietários de imóveis urbanos.
- b) a cobrança somente seria válida se assumisse a forma de preço público, ainda que imposta compulsoriamente aos proprietários.
- c) o Município poderia instituir taxa exclusivamente pelos serviços de coleta, remoção e destinação de resíduos provenientes dos imóveis, mas não pelos serviços gerais e indivisíveis de limpeza de logradouros.
- d) a varrição de ruas pode ser remunerada por taxa sempre que o serviço for efetivamente prestado no quarteirão em que se situa o imóvel do contribuinte.
- e) todos os serviços descritos poderiam ser financiados por taxa calculada segundo a área do imóvel, pois a adoção desse critério basta para torná-los divisíveis.

62. Um Estado concluiu obra pública que custou R\$ 10 milhões e valorizou, em igual medida, cem imóveis situados na zona beneficiada. Cada imóvel teve acréscimo de R\$ 150 mil em seu valor. Desconsideradas outras variáveis, o limite máximo de contribuição de melhoria atribuível a cada proprietário será de

- a) R\$ 150 mil, sem limitação pelo custo total da obra, pois prevalece exclusivamente o limite individual da valorização.
- b) R\$ 10 milhões, rateados livremente pelo Estado, ainda que algum proprietário seja cobrado acima da valorização de seu imóvel.
- c) R\$ 50 mil, pois a Constituição fixa em metade da valorização o teto individual da contribuição.
- d) R\$ 100 mil, podendo o total arrecadado superar o custo da obra se parte dos imóveis não efetuar o pagamento.
- e) R\$ 100 mil, pois devem ser respeitados simultaneamente o limite global correspondente ao custo da obra e o limite individual correspondente à valorização de cada imóvel.

63. Após enchentes de excepcional gravidade, pretende-se instituir empréstimo compulsório para custear despesas extraordinárias de reconstrução. Segundo a Constituição Federal, a exação

- a) pode ser instituída por qualquer ente atingido, mediante lei ordinária, desde que o produto arrecadado seja integralmente vinculado à calamidade.
- b) é de competência da União, exige lei complementar e, nessa hipótese de calamidade pública, não se submete às anterioridades anual e nonagesimal.
- c) é de competência comum e somente pode ser cobrada no exercício seguinte, embora dispensada a noventena.
- d) pode ser criada por medida provisória federal, pois a urgência afasta a reserva de lei complementar.
- e) somente poderá ser instituída se a calamidade decorrer de guerra externa ou de sua iminência.

64. A respeito da legalidade tributária e das hipóteses constitucionais de alteração de alíquotas pelo Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Executivo pode alterar livremente as alíquotas de qualquer imposto federal, desde que invoque finalidade extrafiscal.
- b) A alíquota do imposto de renda pode ser elevada por decreto, pois se trata de tributo federal com finalidade econômica.
- c) As alíquotas do ITR e do imposto sobre grandes fortunas podem ser modificadas por ato do Executivo, observados os limites fixados em lei.
- d) Atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, o Poder Executivo pode alterar as alíquotas dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio, seguro, títulos ou valores mobiliários.
- e) A faculdade constitucional de alterar alíquotas permite ao Executivo criar novas hipóteses de incidência dos impostos regulatórios.

65. O Município de Boa Esperança optou por fiscalizar e cobrar o ITR, na forma da lei, passando a receber a totalidade da arrecadação relativa aos imóveis rurais situados em seu território. Essa circunstância

- a) transfere ao Município a competência para instituir o ITR e definir suas alíquotas.
- b) transforma o ITR em imposto de competência comum entre União e Município.
- c) permite ao Município conceder isenções de ITR por lei própria.
- d) extingue a competência legislativa da União enquanto durar a opção municipal.
- e) não altera a competência tributária da União, embora o Município exerça funções de fiscalização e cobrança e receba a receita nos termos constitucionais.

66. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente precisou integrar a legislação tributária. Segundo o CTN, é correto afirmar que

- a) a equidade é o primeiro método a ser empregado e pode dispensar tributo considerado injusto no caso concreto.
- b) a analogia pode criar tributo não previsto em lei, desde que exista exação semelhante.
- c) os princípios gerais de direito público antecedem a analogia na ordem de utilização.
- d) costumes administrativos prevalecem sobre todos os métodos de integração previstos no CTN.
- e) a analogia não pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei, nem a equidade na dispensa de tributo devido.

67. Em contrato de locação comercial, locador e locatário convencionaram que o locatário suportaria integralmente o IPTU. A lei municipal define o proprietário como contribuinte e não contém regra que atribua sujeição passiva ao locatário. Perante o Fisco municipal,

- a) a convenção particular não pode ser oposta para modificar a definição legal do sujeito passivo, sem prejuízo de seus efeitos privados entre as partes.
- b) ambos passam a ser solidários, ainda que a lei não estabeleça solidariedade.
- c) o locatário torna-se contribuinte porque possui capacidade econômica para pagar.
- d) o Município deve cobrar primeiro do locatário e apenas subsidiariamente do proprietário.
- e) o contrato substitui automaticamente o proprietário pelo locatário no polo passivo.

68. Tributo sujeito a lançamento por homologação teve fato gerador em 15 de março de 2021. O contribuinte antecipou parte do pagamento, sem dolo, fraude ou simulação, e a lei não fixou prazo para homologação. Em regra, o direito de a Fazenda constituir, mediante lançamento, eventual diferença extingue-se:

- a) em cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter sido realizado.
- b) após cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, considerando-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo prova de dolo, fraude ou simulação.
- c) em cinco anos contados da entrega de qualquer obrigação acessória, ainda que posterior.
- d) apenas com homologação expressa, pois pagamento parcial impede homologação tácita.
- e) em dez anos contados da ocorrência do fato gerador.

69. O sujeito passivo tentou pagar determinado tributo, mas a Fazenda condicionou o recebimento ao pagamento simultâneo de penalidade que ele reputava indevida. Nessa hipótese, o CTN

- a) impede a consignação, porque o pagamento tributário nunca pode ser realizado judicialmente.
- b) autoriza o contribuinte a deixar de pagar indefinidamente, sem juros ou encargos.
- c) exige que o contribuinte pague a penalidade e renuncie à discussão.
- d) admite a consignação judicial da importância do crédito tributário quando o recebimento é subordinado ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.
- e) admite consignação apenas quando dois entes federativos exigem tributos diferentes.

70. Um contribuinte pretende compensar crédito tributário objeto de ação judicial ainda pendente de julgamento definitivo. Mesmo existindo lei que, em geral, autorize a compensação, o CTN

- a) permite a compensação desde a sentença de primeiro grau favorável ao contribuinte.
- b) veda a compensação mediante aproveitamento do tributo objeto de contestação judicial antes do trânsito em julgado da respectiva decisão.
- c) permite a compensação após decisão liminar, desde que prestada caução.
- d) condiciona a compensação apenas à homologação do Ministério Público.
- e) proíbe definitivamente qualquer compensação de crédito reconhecido judicialmente.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

71. Andrade & Vasques Sociedade em Nome Coletivo foi constituída por prazo determinado, tendo como sócios três pessoas naturais. A respeito do regime jurídico desse tipo societário no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) podem tomar parte na sociedade em nome coletivo tanto pessoas naturais quanto pessoas jurídicas, respondendo todos os sócios solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, sendo vedada qualquer limitação de responsabilidade, ainda que restrita às relações internas entre eles.
- b) a administração da sociedade pode ser atribuída a terceiro não sócio, desde que haja previsão expressa no contrato social e que a designação seja aprovada por sócios que representem, no mínimo, dois terços do capital social.
- c) o credor particular de sócio pode, a qualquer tempo e independentemente da dissolução da sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor, bastando que comprove a insuficiência dos demais bens deste.
- d) embora respondam solidária e ilimitadamente perante terceiros, os sócios podem, no ato constitutivo ou por unânime convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um, e seus bens particulares não podem ser executados por dívidas da sociedade senão depois de executados os bens sociais.
- e) ocorrida a prorrogação contratual do prazo de duração, o credor particular do sócio poderá promover a liquidação da quota independentemente de pronunciamento judicial, desde que manifeste oposição no prazo de trinta dias, contado da publicação do ato dilatatório.

72. A respeito da sociedade em comandita por ações, disciplinada no Código Civil e na Lei nº 6.404/1976, assinale a alternativa correta.

- a) somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, independentemente da prévia excussão dos bens sociais.
- b) os diretores serão nomeados no ato constitutivo da sociedade, sem limitação de tempo, e somente poderão ser destituídos por deliberação de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital social, permanecendo o diretor destituído ou exonerado responsável, durante dois anos, pelas obrigações sociais contraídas sob sua administração.
- c) a assembleia geral pode, por deliberação de acionistas titulares da maioria do capital votante e independentemente do consentimento dos diretores, mudar o objeto essencial da sociedade, prorrogar-lhe o prazo de duração e criar partes beneficiárias.
- d) aplicam-se à sociedade em comandita por ações as disposições da Lei nº 6.404/1976 sobre conselho de administração e sobre autorização estatutária de aumento de capital, vedada apenas a emissão de bônus de subscrição.
- e) a sociedade tem o capital dividido em quotas e opera exclusivamente sob denominação, à qual se devem aditar, por extenso ou abreviadamente, as palavras Comandita por Ações.

73. O contrato social de Boa Colheita Sociedade Simples contém cláusula expressa investindo o sócio Túlio na administração e é omissivo quanto aos poderes dos administradores. Considerando as regras do Código Civil sobre a sociedade simples, assinale a alternativa correta.

- a) nada dispondo o contrato social sobre a forma de administração, esta compete conjuntamente a todos os sócios, sendo indispensável o concurso de todos inclusive nos casos urgentes, em que o retardo das providências possa ocasionar dano irreparável ou grave.
- b) os poderes de Túlio, conferidos por cláusula expressa do contrato social, são revogáveis a qualquer tempo, bastando deliberação de sócios que representem a maioria do capital social.
- c) o excesso praticado pelos administradores pode ser oposto a terceiros sempre que a operação for evidentemente estranha aos negócios da sociedade, hipótese em que a sociedade se exime de responsabilidade perante o contratante.
- d) o sócio excluído judicialmente por falta grave no cumprimento de suas obrigações fica exonerado de qualquer responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores no momento em que averbada a resolução da sociedade.
- e) responde por perdas e danos perante a sociedade o administrador que realizar operações sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com a maioria, sendo certo que, no silêncio do contrato, a oneração ou a venda de bens imóveis que não constituam objeto social depende do que a maioria dos sócios decidir.

74. Considerando a disciplina dos deveres e das responsabilidades dos administradores na Lei nº 6.404/1976, assinale a alternativa correta.

- a) o administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão, respondendo civilmente pelos prejuízos que causar quando proceder, dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do estatuto.
- b) o administrador dissidente somente se exime da responsabilidade por atos ilícitos de outros administradores se fizer consignar a sua divergência em ata de reunião do órgão de administração, não se admitindo qualquer outra forma de manifestação.
- c) compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembleia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, podendo qualquer acionista promovê-la caso não seja proposta no prazo de seis meses contado da deliberação.
- d) deliberando a assembleia não promover a ação de responsabilidade, poderá ela ser proposta por acionistas que representem, pelo menos, dez por cento do capital social, revertendo os resultados diretamente ao patrimônio dos acionistas autores.
- e) nas companhias abertas, a responsabilidade solidária pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia alcança indistintamente todos os administradores, ainda que o estatuto atribua a função a administrador determinado.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

75. Durante fiscalização tributária realizada por servidor público municipal, determinado contribuinte ofereceu ao Auditor Fiscal a quantia de R\$ 5.000,00 para que este deixasse de lavrar auto de infração referente a irregularidades constatadas em sua empresa. O servidor, embora tenha recusado o dinheiro, respondeu ao contribuinte que somente deixaria de adotar as providências cabíveis caso recebesse vantagem econômica posteriormente. O contribuinte concordou com a proposta, mas, antes de efetuar qualquer pagamento, o servidor foi preso em flagrante.

Considerando o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor não praticou crime, pois não chegou a receber a vantagem econômica oferecida pelo contribuinte.
- b) O servidor praticou o crime de corrupção passiva, cuja consumação no caso narrado, independe do efetivo recebimento da vantagem indevida.
- c) O servidor praticou o crime de concussão, pois exigiu vantagem indevida para deixar de praticar ato de ofício.
- d) O servidor praticou o crime de prevaricação, pois pretendia deixar de praticar ato de ofício em razão de interesse econômico.
- e) O servidor praticou corrupção passiva somente na modalidade tentada, pois o pagamento da vantagem não chegou a ocorrer.

76. João, funcionário público municipal, foi condenado definitivamente pela prática de determinado crime contra a Administração Pública. Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, João faleceu. Considerando as disposições do Código Penal acerca da extinção da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A morte do agente não extingue a punibilidade, pois a sentença condenatória já transitou em julgado.
- b) A morte do agente extingue a punibilidade, mas permite que a pena de multa seja cobrada dos sucessores até o limite do patrimônio transferido.
- c) A morte do agente extingue a punibilidade, em razão do princípio da personalidade da pena.
- d) A morte do agente suspende a execução da pena privativa de liberdade até que seja definida a responsabilidade dos sucessores.
- e) A morte do agente somente extingue a punibilidade se ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

77. Carlos, empresário, foi autuado por praticar determinada conduta que configura crime previsto no Código Penal. Em sua defesa, alegou que desconhecia a existência da norma penal que proibia expressamente seu comportamento e, por isso, acreditava que sua conduta era permitida. Durante a instrução processual, ficou demonstrado que Carlos tinha plena capacidade de compreender a realidade e que, nas circunstâncias concretas, era possível exigir que conhecesse a ilicitude de sua conduta.

Com base nas disposições do Código Penal sobre o erro de proibição, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O desconhecimento da lei sempre exclui a culpabilidade, pois ninguém pode ser responsabilizado por uma norma que desconhecia.
- b) O erro sobre a ilicitude do fato, quando inevitável, isenta de pena; quando evitável, poderá diminuir a pena.
- c) O erro de proibição sempre exclui o dolo, independentemente de ser evitável ou inevitável.
- d) O erro de proibição somente pode ser reconhecido quando o agente não possui capacidade de compreender o caráter ilícito de sua conduta.
- e) O erro de proibição evitável exclui a culpabilidade, mas permite a aplicação de medida de segurança.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

78. Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Civil brasileiro adota a teoria menor da desconsideração, admitindo que possa ser decretada judicialmente sempre que a personalidade jurídica representar obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos credores.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada de ofício, ou a requerimento da parte ou do Ministério Público.
- c) O desvio de finalidade, apto a ensejar a desconsideração, revela-se na expansão ou na alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) Para fins de desconsideração da personalidade jurídica, inclui-se no conceito de confusão patrimonial o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador, ou vice-versa.
- e) O Código Civil brasileiro não acata a possibilidade de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

79. Lúcia obrigou-se contratualmente a entregar dois cavalos ou dois bois a Pedro, no dia 5 de cada mês, pelo período de um ano. Nada mais foi disposto no instrumento contratual.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A escolha dos animais cabe a Lúcia.
- b) Se, em determinado mês, Lúcia optar pela escolha de um cavalo e um boi, Pedro será obrigado a aceitar os animais escolhidos.
- c) Se, no primeiro mês, a escolha tiver por objeto os cavalos, a mesma opção deverá ser exercida nos meses subsequentes.
- d) Se os bois perecerem por motivo de força maior, a obrigação será considerada extinta.
- e) Se os cavalos perecerem por culpa de Lúcia, será esta obrigada a ressarcir perdas e danos.

80. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias:

- a) As cláusulas serão consideradas nulas.
- b) As cláusulas serão consideradas anuláveis.
- c) As cláusulas serão consideradas não escritas.
- d) As cláusulas deverão ser interpretadas de acordo com as demais disposições do contrato.
- e) Deverá ser adotada a interpretação mais favorável ao aderente.

CADERNO 3 - TRIBUTÁRIO (TARDE)**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL***Bruno Langoni*

81. A Clínica Vila Galvão Serviços Médicos Ltda. foi convocada pela autoridade fiscal de Guarulhos para prestar declarações sobre notas emitidas na Vila Galvão. O responsável pela empresa entende que a convocação nada acrescenta, pois a escrituração já foi entregue ao Fisco municipal. Assinale a alternativa correta à luz do Código Tributário do Município.

- a) Convocado, o sujeito passivo tem dez dias para prestar os esclarecimentos, sob pena de lançamento de ofício.
- b) Convocado, o sujeito passivo tem trinta dias para prestar os esclarecimentos solicitados pela autoridade administrativa.
- c) A autoridade não pode exigir complementos ou esclarecimentos das declarações prestadas, ainda que as julgue imprecisas.
- d) Sujeito passivo da obrigação acessória é apenas a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária.
- e) Responsável é quem tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador

82. A Empresa Delta de Consultoria e a Empresa Alpha de Engenharia respondem solidariamente por crédito lançado pela Fazenda de Guarulhos. Uma delas quitou integralmente o débito. A outra sustenta que a irregularidade de sua constituição societária afasta sua sujeição passiva. A fiscalização precisa medir os efeitos de cada circunstância. Assinale a alternativa correta segundo o Código Tributário do Município.

- a) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída perante os órgãos de registro.

- b) O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais devedores solidários.
- c) A isenção outorgada pessoalmente a um dos obrigados exonera todos os demais, extinguindo integralmente o crédito.
- d) A interrupção da prescrição contra um dos obrigados não produz qualquer efeito em relação aos demais.
- e) A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária alcança apenas pessoas físicas e jurídicas com personalidade reconhecida

83. A Incorporadora Bonsucesso Ltda. adquiriu imóvel no Bonsucesso com débitos de IPTU e de taxa de coleta de resíduos anteriores à escritura, na qual nada se provou quanto à quitação. Outro imóvel foi arrematado pela empresa em hasta pública, sem cláusula no edital sobre débitos. Assinale a alternativa correta segundo o Código Tributário do Município.

- a) Na arrematação em hasta pública, o arrematante responde pessoalmente pelos débitos, ainda que silente o edital.
- b) A sucessão alcança somente créditos definitivamente constituídos antes da aquisição, excluídos os constituídos posteriormente.
- c) O espólio responde pelos tributos devidos pelo de cujus apenas até a data da partilha ou da adjudicação.
- d) Os créditos sub-rogam-se na pessoa do adquirente, e na arrematação a sub-rogação recai sobre o respectivo preço.
- e) A sub-rogação no adquirente ocorre mesmo quando conste do título a prova da quitação dos tributos

84. A Rede Pimentas Alimentos Ltda. adquiriu estabelecimento comercial situado no Pimentas e prosseguiu na mesma exploração. O alienante encerrou definitivamente suas atividades logo após o negócio. O advogado da adquirente afirma que nenhuma responsabilidade lhe alcança, por não ter praticado os fatos geradores. Assinale a alternativa correta conforme o Código Tributário do Município de Guarulhos.

- a) A adquirente responde subsidiariamente com o alienante, que cessou a exploração da atividade após a alienação.
- b) A responsabilidade do adquirente alcança apenas os tributos cujos fatos geradores ocorram depois da aquisição do estabelecimento.
- c) A adquirente responde integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento devidos até a data do ato.
- d) Prosseguindo o alienante na exploração, a responsabilidade do adquirente é integral, e não subsidiária, em qualquer hipótese.
- e) Na alienação judicial em processo de falência, o adquirente sócio da sociedade falida fica livre da sucessão tributária

85. Durante ação fiscal em transportadora estabelecida na Vila Rosália, o auditor não encontrou no local os livros e documentos necessários à apuração do imposto. Notificou então a empresa por escrito para apresentá-los na repartição fiscal. O contador afirmou que o prazo seria fixado livremente pela autoridade e que não haveria prorrogação possível, restando cumprir a notificação de imediato. Nesse contexto de acordo com a Lei nº 7.980/2021, é correto afirmar que:

- a) O prazo é de 30 dias consecutivos, prorrogável uma única vez por igual período.
- b) O prazo é de 10 dias, admitidas prorrogações sucessivas enquanto durar a ação fiscal.
- c) O prazo é de 10 dias, vedada qualquer prorrogação pela autoridade fiscal.
- d) Não há prazo na lei, cabendo à autoridade fiscal fixá-lo caso a caso.

e) O prazo é de 10 dias, prorrogável uma única vez por igual período

86. A Associação Renascer, entidade reconhecidamente imune, mantém sede no Bosque Maia e abriu uma segunda unidade prestadora de serviços na Gopoúva. Além disso, mudou o endereço da sede. O contador orientou que a imunidade dispensa qualquer inscrição no cadastro fiscal mobiliário e que a alteração cadastral pode ser comunicada em até 60 dias. A fiscalização, contudo, discordou dessa orientação.

- a) A imunidade dispensa a inscrição, exigindo-se apenas a comunicação das alterações cadastrais no prazo legal.
- b) A inscrição é única para as duas unidades, e a alteração deve ser comunicada em 60 dias.
- c) Cada unidade exige inscrição distinta, e a alteração cadastral deve ser comunicada em 30 dias.
- d) A inscrição de cada unidade pode ser promovida até 30 dias após o início das atividades.
- e) A inscrição é dispensada, pois a entidade imune não figura como contribuinte do imposto municipal

87. A Nexo Sistemas, software house com estabelecimento no Bosque Maia, desenvolveu integralmente em Guarulhos um sistema de gestão para empresa sediada em Portugal. O sistema é utilizado exclusivamente na filial brasileira da contratante, em São Paulo, lá se verificando o resultado, sendo o pagamento feito em euros pela matriz portuguesa. O consultor tributário afirmou tratar-se de exportação de serviços, fora do campo de incidência.

- a) Não incide o ISS, pois o pagamento coube a residente no exterior do País.
- b) Incide o ISS, pois o resultado do serviço desenvolvido no Brasil aqui se verificou.
- c) Não incide o ISS, porque o contratante está sediado fora do território nacional.
- d) Não incide o ISS, já que a exportação de serviços foi contratada e paga em moeda estrangeira.
- e) Incide o ISS apenas sobre a parcela do preço convertida em moeda nacional pelo prestador

88. Dona Marta, pessoa física, é proprietária de um sobrado no Picanço e contratou a reforma completa do imóvel. O serviço foi executado sem nota fiscal e sem qualquer prova de pagamento do ISS pelo prestador. Notificada pela fiscalização municipal, ela alegou que a cobrança deveria recair primeiro sobre quem executou a obra, por ser o contribuinte do imposto.

- a) A solidariedade só alcança o proprietário depois de esgotada a cobrança contra o prestador do serviço.
- b) A solidariedade se configura apenas quando o tomador do serviço for pessoa jurídica.
- c) Basta a falta da nota fiscal, sendo irrelevante a prova do pagamento do imposto.
- d) O proprietário responde solidariamente, e essa solidariedade não comporta benefício de ordem.
- e) O proprietário pessoa física fica excluído, respondendo apenas o empreiteiro contratado para a obra

89. A Metalúrgica Aurora, estabelecida em Bonsucesso, recebeu notificação de lançamento com imposto e multa. Sem impugnar a exigência, pactuou parcelamento do débito, com atualização monetária e acréscimos da mora, no 25º dia seguinte à ciência. Não houve dolo, fraude ou simulação. O sócio administrador projetou redução de 60% sobre o valor da multa aplicada.

- a) A redução é de 60%, pois o ato ocorreu antes do trigésimo dia seguinte à ciência.
- b) A redução é de 40%, percentual próprio do parcelamento pactuado nesse prazo.
- c) A redução é de 35%, percentual aplicável ao parcelamento anterior à decisão de primeira instância.
- d) Não há redução alguma, pois o benefício alcança somente o pagamento à vista do débito.
- e) A redução de 40% fica incorporada em definitivo, ainda que o parcelamento seja descumprido.

90. A Padaria Estrela do Macedo Ltda. é proprietária de imóvel edificado lindeiro a trecho de via pública do bairro Macedo onde semanalmente se instalam as barracas de feira-livre, o que impossibilita o acesso de veículos ao imóvel. O titular pretende obter o desconto do IPTU e indaga sobre o percentual aplicável e a necessidade de requerimento. Conforme a Lei nº 6.793/2010,

- a) o desconto corresponde a 25% e depende de requerimento anual protocolado antes do lançamento do imposto.
- b) beneficiam-se todos os imóveis lindeiros ao trecho ocupado, inclusive aqueles que não possuam qualquer edificação.
- c) o benefício alcança apenas imóveis residenciais, excluídos os de uso comercial situados no trecho ocupado pelas barracas.
- d) o desconto de 50% é concedido no ato do lançamento, independentemente de pedido do sujeito passivo.
- e) o desconto máximo é de 5%, idêntico ao previsto para os participantes do Programa Calçada Cidadã

91. A Chácara Boa Semente Ltda. mantém, em imóvel situado no bairro dos Pimentas, dentro da zona urbana de Guarulhos, cultivo de hortaliças destinado a feiras da região. Solicitada pela autoridade fiscal a demonstrar que permanece utilizando a área para esse fim, a empresa nada apresentou dentro do prazo regulamentar. Conforme a Lei nº 6.793/2010,

- a) a não incidência opera de pleno direito, dispensada qualquer comprovação da exploração agrícola pelo proprietário do imóvel.
- b) a exclusão alcança apenas imóveis situados fora do perímetro urbano, jamais os localizados na zona urbana.
- c) somente a exploração extrativa vegetal afasta a incidência, ficando de fora as atividades pecuária e agroindustrial.
- d) o afastamento da incidência depende de comprovação do uso agrícola, na forma e prazo regulamentados.
- e) o ônus de demonstrar a ausência de exploração agrícola recai sobre o Fisco Municipal, e não sobre o proprietário

92. A Associação Beneficente Luz de Gopoúva, entidade reconhecidamente isenta do IPTU municipal, recebeu em doação um terreno na Vila Rosália e, decorridos quatro meses da aquisição, não requereu a inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário. O contador da entidade afirma que o benefício fiscal dispensaria essa providência. Conforme a Lei nº 6.793/2010,

- a) a inscrição é exigida somente dos imóveis construídos, ficando os terrenos sujeitos a cadastramento posterior de ofício.
- b) a inscrição é obrigatória mesmo havendo isenção, no prazo de sessenta dias contados da aquisição.
- c) imóveis alcançados por imunidade ou isenção ficam dispensados da inscrição enquanto perdurar o benefício fiscal reconhecido.
- d) o prazo para requerer a inscrição é de trinta dias, contados da aquisição ou da promessa de compra.
- e) o reconhecimento do benefício dispensa a entidade das obrigações acessórias de inscrição e de suas alterações cadastrais

93. A Construtora Bonsucesso Ltda. deixou de comunicar ao Fisco Municipal alterações cadastrais de um terreno de sua propriedade no Taboão e, quanto a um imóvel construído no Picanço, nunca requereu a inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário. Lavrados os autos de infração, discute-se a penalidade cabível segundo a redação vigente da Lei nº 6.793/2010. É correto afirmar que

- a) para o terreno, a multa alcança 200% do imposto fixado para o imóvel, conforme a redação vigente.
- b) a imposição mínima da multa é de 25 UFG, valor aplicável a ambas as infrações apuradas.
- c) para o terreno, a multa é de 100% do imposto fixado para o imóvel.
- d) no imóvel construído não inscrito, nenhuma multa é cabível, por inexistir imposto lançado sobre o qual incidir.
- e) a multa por falta de inscrição é de 50% e afasta as demais cominações legais cabíveis

94. Ao analisar transmissão de imóvel no Jardim Presidente Dutra declarada pela Construtora Serra Azul Ltda., o Fisco constatou que os documentos apresentados não merecem fé e que os esclarecimentos são omissos. A empresa alega que, nessa hipótese, restaria ao município apenas homologar o valor declarado. Segundo a lei do ITBI de Guarulhos, é correto afirmar que

- a) o valor declarado prevalece, cabendo ao Fisco apenas a revisão judicial da base de cálculo apurada.
- b) o arbitramento é atribuição da Secretaria de Justiça e Cidadania, que conduz o processo regular de avaliação.
- c) cabe arbitramento, sendo vedada ao sujeito passivo a apresentação de avaliação contraditória do valor arbitrado.
- d) o arbitramento independe de processo regular, bastando despacho fundamentado do agente fiscal que constatou a omissão.
- e) cabe arbitramento do valor, mediante processo regular, admitida a avaliação contraditória do sujeito passivo

95. A Comercial Pimentas Distribuidora Ltda. teve ITBI lançado de ofício sobre a aquisição de imóvel no bairro Pimentas e deixou o crédito vencer sem qualquer recolhimento. O sócio administrador quer saber quais consequências a legislação municipal atribui ao débito enquanto ele permanecer em aberto. À luz da lei do ITBI de Guarulhos, é correto afirmar que

- a) atualiza-se monetariamente o débito, por índices oficiais, da data em que devido até o mês do pagamento.
- b) a atualização monetária somente incide após a inscrição do débito vencido na Dívida Ativa municipal.
- c) a multa e os juros de mora vêm fixados na própria lei do ITBI, em percentuais específicos por atraso.
- d) o débito vencido é encaminhado à Secretaria da Receita para cobrança administrativa antes da inscrição na Dívida Ativa.
- e) a atualização corre da data do vencimento até a data da notificação do sujeito passivo

96. A Metalúrgica Vale do Tietê S.A. adjudicou galpão localizado em Cumbica em execução movida contra devedora insolvente. O processo judicial não fixou valor atual para o bem. O advogado da empresa sustenta que, na ausência de valor judicial, o município estaria obrigado a aceitar o montante declarado pela adquirente. Sobre a base de cálculo do ITBI nessa adjudicação, é correto afirmar que

- a) prevalece o valor declarado pela adquirente, vedada avaliação administrativa quando o processo judicial silenciar.
- b) a base será o valor venal do imóvel lançado para o IPTU no exercício da adjudicação.
- c) a avaliação administrativa só é admitida quando o processo judicial tiver fixado valor incompatível com o mercado.
- d) a base será fixada em avaliação administrativa, assegurados contraditório e ampla defesa ao contribuinte.

e) a base será o maior lance atualizado monetariamente, como ocorre nas arrematações realizadas em hasta pública

97. A Secretaria de Finanças analisa cinco pedidos de isenção da Taxa de Fiscalização de Instalação, Localização e Funcionamento, todos apresentados por inscritos no Cadastro Fiscal Mobiliário situados no Picanço. Cada requerente invoca a lista legal de entidades que ficam isentas e dispensadas de comprovar os requisitos gerais. Assinale a alternativa que indica requerente alcançado por essa lista.

- a) Condomínio Edifício Comercial Aurora, sem fins lucrativos, formado por salas locadas a profissionais liberais.
- b) Colégio Novo Horizonte, instituição de ensino particular com fins lucrativos conveniada à rede municipal de ensino.
- c) Ateliê Cor e Traço, mantido por artista plástico domiciliado no Município, com atendimento diário ao público.
- d) Federação Guarulhense de Bocha, entidade esportiva com finalidade lucrativa instalada no bairro.
- e) Associação Comunitária de Moradores do Picanço, entidade sem fins lucrativos com sede no bairro

98. A Ótica Bela Vista, estabelecida na Gopoúva, mantinha na fachada do próprio imóvel um único anúncio indicativo de seu nome, com 0,8 m², e depois o substituiu por outra peça, de 1,5 m². O gerente entende que, por permanecer único e no próprio imóvel, o anúncio segue isento e dispensa qualquer obrigação acessória. Assinale a alternativa correta.

- a) A isenção se mantém, pois o anúncio continua único e veiculado no próprio imóvel do contribuinte.
- b) Excedido 1 m², perde-se a isenção, que, de todo modo, nunca dispensa as obrigações acessórias.
- c) O limite de área é de 2 m², de modo que o anúncio permanece integralmente isento da taxa.
- d) Excedido 1 m², perde-se a isenção, mas permanecem dispensadas as obrigações acessórias relativas ao anúncio.
- e) Excedido 1 m², a taxa somente passa a ser exigida a partir do exercício seguinte à alteração

99. A Indústria Têxtil Alvorada Ltda., estabelecida em Bonsucesso, paga mensalmente a COSIP destacada na fatura de energia elétrica e pediu esclarecimentos sobre a gestão do fundo municipal de iluminação pública. Seu advogado sustenta que os recursos podem custear obras viárias e que os integrantes do conselho recebem remuneração por sessão. Assinale a alternativa correta.

- a) Os recursos podem ser remanejados para outras finalidades por decreto, e o mandato dos conselheiros é gratuito.
- b) Os recursos ficam em conta especial vinculada, e os conselheiros são remunerados por sessão a que comparecerem.
- c) Os recursos ficam em conta especial vinculada às finalidades do fundo, e o mandato dos conselheiros é gratuito.
- d) Os recursos ficam em conta especial vinculada às finalidades, e o colegiado é integrado exclusivamente por representantes do Poder Público.

e) Os recursos ficam em conta especial mantida em instituição financeira privada indicada pela concessionária de energia

100. A Confecções Rosália Ltda., estabelecida na Vila Rosália, recebeu fatura de energia elétrica com a COSIP destacada em valor superior ao do ano anterior. A diretoria sustenta que a contribuição só poderia ser exigida uma vez por ano e que qualquer reajuste dependeria de lei municipal específica. Sobre a disciplina legal da COSIP em Guarulhos, assinale a alternativa correta.

- a) A incidência é anual sobre os beneficiários do serviço, e o reajuste anual segue índices fixados pela ANEEL.
- b) A incidência é mensal, mas cada reajuste depende de lei municipal específica publicada antes do exercício seguinte.
- c) A incidência é mensal sobre os beneficiários, e o reajuste anual observa a variação do índice oficial de inflação.
- d) A incidência é mensal sobre os beneficiários do serviço, e o reajuste anual segue índices fixados pela ANEEL.
- e) A incidência é mensal apenas para imóveis edificadas, ficando os terrenos sem edificação fora da contribuição

TRIBUTOS MUNICIPAIS*Bruno Langoni*

101. A Metalúrgica Picanço Peças Ltda., estabelecida no bairro Picanço, foi autuada por auditor fiscal do Município de Guarulhos. Em sua defesa, a empresa sustentou que a autoridade poderia deixar de formalizar o lançamento por juízo de conveniência administrativa e que deveria aplicar a lei em vigor na data da lavratura do ato. Sobre a constituição do crédito tributário no Código Tributário do Município, assinale a alternativa correta.

- a) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- b) O lançamento rege-se pela lei vigente na data em que a autoridade administrativa o formaliza.
- c) Compete concorrentemente ao sujeito passivo e à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- d) O lançamento reporta-se à data em que o sujeito passivo é notificado da exigência fiscal.
- e) Lei posterior ao fato gerador que amplie os poderes de investigação não se aplica ao lançamento

102. A Clínica Vila Galvão Saúde Ltda., no bairro Vila Galvão, obteve parcelamento de débitos de ISS junto ao Município de Guarulhos e, em seguida, deixou de entregar as declarações mensais exigidas pela legislação, por entender que a suspensão da exigibilidade também afasta os deveres instrumentais. Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário no Código Tributário do Município, assinale a alternativa correta.

- a) A suspensão da exigibilidade dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal suspensa.
- b) O parcelamento não figura entre as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- c) As reclamações e os recursos no processo administrativo tributário não suspendem a exigibilidade do crédito.

d) Ao parcelamento aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código relativas à moratória.

e) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento exclui a incidência de juros e multa

103. A Gráfica Vila Rosália Ltda., no bairro Vila Rosália, foi regularmente notificada de lançamento de ISS. Meses depois, a fiscalização de Guarulhos comprovou omissão quanto a elemento definido na legislação tributária como de declaração obrigatória. Um consultor contratado pela empresa afirmou que, depois da notificação, o lançamento se torna inalterável. Sobre a alteração e a revisão do lançamento no Código Tributário do Município, assinale a alternativa correta.

- a) A comprovação de omissão quanto a elemento de declaração obrigatória não autoriza a revisão de ofício.
- b) A revisão do lançamento pode ser iniciada mesmo depois de extinto o direito da Fazenda Pública.
- c) A modificação nos critérios jurídicos adotados no lançamento alcança fatos geradores anteriores à sua introdução.
- d) O recurso de ofício não constitui hipótese de alteração do lançamento regularmente notificado.
- e) A impugnação do sujeito passivo autoriza a alteração do lançamento regularmente notificado

104. A Transportadora Cumbica Log Ltda., sediada em Cumbica, apura e recolhe mensalmente tributo municipal cuja legislação lhe atribui o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fiscal. O contador da empresa afirmou em parecer que esse recolhimento extingue o crédito de modo definitivo e imediato. Sobre o lançamento por homologação no Código Tributário do Município de Guarulhos, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para a homologação é de 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte.
- b) Os atos praticados pelo sujeito passivo antes da homologação influem sobre a obrigação tributária.
- c) O pagamento antecipado extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
- d) Expirado o prazo sem pronunciamento da Fazenda, considera-se homologado o lançamento ainda que comprovada simulação.
- e) A homologação exige sempre ato expresso da autoridade, vedada a homologação pelo decurso do prazo

105. A Distribuidora Bonsucesso Comercial Ltda., com estabelecimento em Bonsucesso, discute judicialmente débito de ISS inscrito em dívida ativa e pretende quitá-lo mediante compensação com crédito líquido e certo, ainda vincendo, que detém contra o Município de Guarulhos. O diretor financeiro sustenta que a compensação pode ser efetivada de imediato, mesmo antes de encerrada a discussão judicial. Assinale a alternativa correta.

- a) A compensação alcança as custas judiciais e os honorários advocatícios arbitrados judicialmente na execução fiscal.
- b) É vedada a compensação do tributo objeto de contestação judicial antes do trânsito em julgado.
- c) A compensação somente admite créditos já vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal.

- d) Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o montante a compensar é reduzido de 1% ao mês.
- e) Os créditos tributários compensáveis abrangem apenas o valor original do tributo, excluídos multa e juros de mora

106. A Confeções Pimentas Indústria Ltda., situada no bairro Pimentas, deixou de recolher taxa municipal cujo lançamento poderia ter sido efetuado em 2019, e o Município de Guarulhos agora pretende constituir o crédito. No mesmo processo discute-se qual prazo observar quando decisão definitiva anula, por vício formal, lançamento anteriormente efetuado. Sobre a decadência no Código Tributário do Município, assinale a alternativa correta.

- a) Conta-se o prazo do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado.
- b) O prazo para a Fazenda constituir o crédito tributário é de 10 anos, contados do exercício seguinte.
- c) A anulação do lançamento por vício formal não reabre prazo para a Fazenda constituir o crédito.
- d) O direito de constituir o crédito tributário não se extingue pelo decurso do prazo, mas apenas o direito de cobrá-lo.
- e) A decadência não figura entre as modalidades de extinção do crédito tributário previstas no Código

107. O Fisco de Guarulhos notificou por escrito um tabelião de Vila Galvão e uma instituição financeira do Bosque Maia a informar dados sobre negócios de terceiros. Também publicou a relação de contribuintes inscritos em dívida ativa. A defesa alegou que nada pode ser informado e que a publicação fere o sigilo. Conforme o Código Tributário Municipal, assinale a alternativa correta.

- a) A notificação é inválida, porque serventúrios de ofício e instituições financeiras não estão entre os obrigados a informar.
- b) A notificação é válida, mas a divulgação das inscrições em dívida ativa dependeria de requisição de autoridade judiciária.
- c) A notificação é válida e abrange inclusive fatos sobre os quais o informante deva guardar segredo profissional.
- d) A notificação exige prévia autorização judicial para alcançar a instituição financeira do Bosque Maia.
- e) A notificação é válida e a divulgação de inscrições em dívida ativa não fere o sigilo fiscal

108. A Metalúrgica Serra Azul Ltda., sediada em Cumbica, foi notificada pelo Fisco de Guarulhos a exibir livros e comprovantes de lançamentos de operações ocorridas há 7 anos. O contador sustentou que a guarda desses papéis se esgota em 5 anos e que o exame se limitaria às mercadorias em estoque. Segundo o Código Tributário Municipal, a exigência

- a) é ilegítima, porque cláusulas contratuais que limitam o exame de livros e documentos prevalecem sobre a legislação tributária.
- b) é ilegítima, porque livros e comprovantes só precisam ser conservados durante 5 anos contados do encerramento do exercício.
- c) é legítima, pois a conservação alcança o prazo de prescrição dos créditos das operações correspondentes.
- d) é legítima apenas quanto às mercadorias, pois arquivos, papéis e efeitos comerciais escapam ao exame da autoridade fiscal.

e) é legítima somente se precedida de autorização judicial específica para o exame da escrituração comercial da empresa

109. A Bonsucesso Engenharia executa por empreitada a construção de um galpão no Jardim Presidente Dutra e fornece o concreto que aplica na obra. Contrata ainda subempreiteira já tributada pelo ISS e mantém vigilantes no canteiro. O responsável entende que materiais, subempreitadas e vigilância podem ser abatidos do preço do serviço. Conforme a Lei Complementar 116/2003, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhuma dedução é possível, pois a base de cálculo corresponde sempre ao valor integral do contrato firmado.
- b) Materiais fornecidos pelo prestador e subempreitadas já tributadas saem da base de cálculo do imposto.
- c) Somente os materiais fornecidos pelo prestador da obra saem da base de cálculo.
- d) A dedução admitida abrange os materiais e também o custo da vigilância mantida no canteiro.
- e) A dedução dos materiais só cabe quando a obra é executada por administração, não por empreitada

110. A Clínica Vida Plena, em Vila Rosália, requereu certidão para habilitar-se em licitação municipal. Contra ela há crédito de ISS em execução fiscal, com penhora já efetivada, e outro com exigibilidade suspensa. O atendente informou que o documento só sairia em 30 dias e sem qualquer efeito liberatório. Conforme o Código Tributário Municipal, assinale a alternativa correta.

- a) A certidão será expedida em 30 dias e não produz efeito equivalente ao da certidão negativa.
- b) A certidão será expedida em 10 dias, mas a penhora já efetivada retira dela qualquer efeito liberatório.
- c) A existência de crédito com exigibilidade suspensa impede a expedição de certidão em favor da clínica.
- d) A certidão será expedida em 10 dias e, nessas condições, terá os efeitos da negativa.
- e) A certidão será expedida em 15 dias e o efeito de negativa alcança apenas créditos vincendos

REFORMA TRIBUTÁRIA*Eduardo da Rocha*

111. Uma sociedade empresária celebrou contratos que envolvem fornecimentos instantâneos, prestações continuadas e pagamentos antecipados. Com base nas regras da LC 214/25 sobre o momento da ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS, analise as afirmativas a seguir:

- I. Como regra geral, o fato gerador ocorre no momento do fornecimento do bem ou do serviço, ainda que a execução seja continuada ou fracionada.
- II. Na prestação de serviço de transporte de carga iniciada no exterior, considera-se ocorrido o fornecimento no momento do início do transporte.
- III. Havendo pagamento integral ou parcial antes do fornecimento, são exigidas antecipações sobre cada parcela paga; na data do fornecimento, os valores definitivos são calculados sobre o valor total da operação, com as alíquotas vigentes nessa data.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta

112. A não cumulatividade do IBS e da CBS foi estruturada para assegurar amplo creditamento, mas a legislação estabeleceu requisitos, vedações e uma ordem própria de utilização dos créditos. Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) Os créditos de IBS podem ser utilizados para compensar débitos de CBS, desde que ambos sejam relativos ao mesmo período de apuração.
- b) A emissão de documento fiscal eletrônico idôneo assegura a apropriação do crédito, ainda que o débito do fornecedor não tenha sido extinto.

c) O contribuinte do regime regular pode apropriar créditos nas aquisições de combustíveis sujeitos à incidência única quando destinados à distribuição, à comercialização ou à revenda.

d) Os créditos apropriados são corrigidos pela taxa Selic desde o período de aquisição até sua compensação.

e) Enquanto não estiver implementado o split payment nem o recolhimento pelo adquirente, dispensa-se o requisito de extinção do débito para a apropriação do crédito, que permanece condicionada ao destaque correto em documento fiscal eletrônico

113. Uma empresa pretende identificar quais aquisições podem gerar créditos de IBS e CBS, considerando as regras aplicáveis aos bens e serviços de uso ou consumo pessoal. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas a seguir:

- I. Joias e metais preciosos são sempre considerados de uso ou consumo pessoal, ainda que adquiridos por uma joalheria para revenda.
- II. A alimentação e a bebida não alcoólica disponibilizadas no estabelecimento do contribuinte a empregados e administradores durante a jornada de trabalho não são consideradas de uso ou consumo pessoal.
- III. Na sociedade cuja atividade principal seja a gestão de bens e ativos financeiros de determinadas pessoas físicas vinculadas, os bens e serviços relacionados a essa gestão são considerados de uso ou consumo pessoal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

114. A devolução personalizada do IBS e da CBS, conhecida como cashback, busca reduzir a regressividade da tributação sobre o consumo. Com base nas regras da LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) O responsável por unidade familiar de baixa renda será incluído automaticamente na sistemática, desde que esteja no CadÚnico, tenha renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, resida no País e possua CPF regular, podendo solicitar sua exclusão a qualquer tempo.
- b) Cada integrante da família inscrita no CadÚnico será considerado destinatário autônomo das devoluções, desde que possua CPF em situação regular.
- c) No fornecimento domiciliar de energia elétrica, água, esgotamento sanitário, gás canalizado e telecomunicações, a devolução ocorrerá após o encerramento do período anual de apuração.
- d) A regulamentação deverá assegurar prazo mínimo de 24 meses para a utilização dos valores devolvidos pelas famílias beneficiárias.
- e) O cálculo das devoluções da CBS e do IBS terá por base o consumo familiar realizado a partir de janeiro de 2027 para ambos os tributos

115. A LC 214/25 previu redução de alíquotas para determinados serviços profissionais de natureza intelectual, condicionando o benefício ao enquadramento da atividade e, em alguns casos, à estrutura da sociedade prestadora. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A redução de 30% alcança os serviços prestados pelos profissionais expressamente listados na lei, desde que exerçam atividade intelectual de natureza científica, literária ou artística submetida à fiscalização por conselho profissional.
- II. A pessoa jurídica pode usufruir da redução ainda que possua outra pessoa jurídica em seu quadro societário, desde que os serviços sejam executados diretamente por profissionais habilitados.

III. A reunião, na mesma sociedade, de profissionais de diferentes categorias previstas na lei não impede a redução, desde que cada sócio atue dentro de sua própria habilitação profissional.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta

116. A LC 214/25 estabeleceu regime específico de incidência do IBS e da CBS sobre combustíveis, com regras próprias para alíquotas e creditamento. Assinale a alternativa correta:

- a) O IBS e a CBS incidem na produção e voltam a incidir em cada etapa posterior de distribuição, comercialização e revenda dos combustíveis submetidos ao regime específico.
- b) A nafta e as demais correntes utilizadas na formulação de gasolina ou diesel permanecem fora do regime monofásico, por também poderem ser empregadas pela indústria petroquímica.
- c) A aquisição de combustível sujeito à incidência única não gera crédito, ainda que o produto seja utilizado como insumo por contribuinte do regime regular.
- d) O exportador de combustíveis tem assegurado o direito à apropriação e à utilização dos créditos de IBS e CBS relativos às aquisições alcançadas pelo regime específico.
- e) As alíquotas aplicáveis aos biocombustíveis poderão ser inferiores a 40% ou superiores a 90% daquelas incidentes sobre os combustíveis fósseis comparados, desde que isso seja justificado por critérios ambientais

117. Uma instituição realiza operações de crédito, câmbio e negociação de títulos e valores mobiliários. Considerando o regime específico dos serviços financeiros previsto na LC 214/25, analise as afirmativas a seguir:

- I. A base de cálculo é formada pela receita bruta das operações, sendo admitida a dedução de quaisquer despesas administrativas necessárias à atividade financeira.
- II. Nas operações de crédito, o valor do principal não integra o conceito de receita e o pagamento do principal captado não constitui despesa financeira de captação dedutível.
- III. As receitas e despesas decorrentes de avaliação a valor justo que excedam o rendimento produzido devem ser evidenciadas em subconta e computadas na realização do ativo ou passivo; os resultados com derivativos contratados pelas entidades também são computados na base.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

118. O regime específico aplicável às operações com bens imóveis contém regras próprias de sujeição passiva, redução de alíquotas e redutores da base de cálculo. Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa física será contribuinte em relação à locação de imóveis se, no ano anterior, sua receita exceder R\$ 240.000 ou as operações envolverem mais de três imóveis, bastando apenas um desses requisitos.
- b) A pessoa física que alienar mais de três imóveis no ano anterior será contribuinte.
- c) As alíquotas das alienações de imóveis são reduzidas em 70%, enquanto as alíquotas das

locações, cessões onerosas e arrendamentos são reduzidas em 50%.

- d) Na alienação de imóvel residencial novo, o redutor social de R\$ 100.000 pode ser aplicado novamente a cada operação de revenda do mesmo bem.
- e) Na locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóvel para uso residencial, o contribuinte do regime regular poderá deduzir redutor social de R\$ 600 por mês e por imóvel, limitado ao valor da base de cálculo

119. A harmonização administrativa e jurídica do IBS e da CBS é indispensável para evitar interpretações divergentes no modelo de IVA dual. À luz da LC 214/25, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias é composto por quatro representantes da Receita Federal e quatro representantes do Comitê Gestor do IBS, sendo, entre estes últimos, dois dos Estados ou do Distrito Federal e dois dos Municípios ou do Distrito Federal.
- II. Os órgãos colegiados de harmonização reúnem-se com quórum mínimo de participação de três quartos e deliberam por maioria de três quartos dos representantes presentes.
- III. As resoluções do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, vinculam as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

120. O Imposto Seletivo possui regras próprias quanto ao fato gerador e à base de cálculo, coerentes com sua incidência monofásica e finalidade extrafiscal. Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) Na prestação de serviço sujeito ao Imposto Seletivo, o fato gerador ocorre no fornecimento ou no pagamento, o que acontecer primeiro.
- b) A não incidência prevista para bens e serviços beneficiados por redução das alíquotas do IBS e da CBS abrange qualquer percentual de redução.
- c) Quando o fabricante incorpora ao próprio ativo imobilizado um bem por ele produzido, a base de cálculo do Imposto Seletivo corresponde ao valor de referência do bem.
- d) A bonificação concedida nas mesmas condições de um desconto incondicional fica fora da base de cálculo mesmo quando o imposto é calculado por alíquota específica sobre unidade de medida.
- e) Na comercialização entre partes relacionadas, inexistindo valor de referência, admite-se que a base de cálculo seja inferior ao valor de mercado, desde que corresponda ao preço efetivamente contratado

REFORMA TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha (Caverna)

121. Com base na LC 227/26, dentre os instrumentos de transparência do CGIBS, está previsto o relatório de gestão fiscal, a ser elaborado quadrimestralmente, devendo conter os seguintes demonstrativos, exceto:

- a) Despesa total com pessoal.
- b) Dívida consolidada.
- c) Concessão de garantias.
- d) Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- e) Disponibilidade de caixa.

122. Com base na LC 227/26, as atividades de “planejar, gerir, coordenar e executar as atividades inerentes à revisão do lançamento de ofício do IBS, por meio dos órgãos de julgamento administrativo” competem à:

- a) Diretoria de Revisão do Crédito Tributário.
- b) Diretoria Administrativa.
- c) Diretoria de Tributação.
- d) Diretoria de Procuradorias.
- e) Diretoria de Contencioso Fiscal.

123. Acerca dos prazos previstos na LC 227/26, dentre as normas que regem o PAT do IBS, assinale a alternativa incorreta.

- a) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- b) Quando o ato processual tiver que ser praticado por meio eletrônico, são considerados tempestivos os atos efetivados até as 24h do último dia.
- c) O prazo para a prática do ato a cargo da parte será de 10 dias, caso não haja prazo expressamente previsto.
- d) Não se considera dia de expediente normal aquele em que houver instabilidade do sistema eletrônico do CGIBS necessário à execução do ato, caracterizada pela indisponibilidade igual ou superior a 60 minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre 6h00 e 23h00; ou
- e) Não se considera dia de expediente normal aquele em que houver instabilidade do sistema eletrônico do CGIBS necessário à execução do ato, caracterizada pela indisponibilidade entre 23h00 e 24h00.

124. À luz das disposições contidas na LC 227/2026, no âmbito do processo administrativo tributário, serão observados, desde que ausentes fundamentos relevantes para distinção:

- a) Os enunciados de súmulas do STF.
- b) As decisões transitadas em julgado do STF, em sede de recurso extraordinário.
- c) As decisões transitadas em julgado do STJ, em sede de recurso especial.
- d) Os enunciados de súmulas do CARF.
- e) As decisões da Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS.

125. Com base nos conceitos previstos na LC 227/2026, considera-se ocorrido o fato gerador do ITCMD no seguinte momento, exceto:

- a) em se tratando de *causa mortis*, na data em que a lei autorizaria a abertura da sucessão definitiva, no caso de morte presumida com declaração de ausência.
- b) em se tratando de doação, na data da formalização do respectivo título translativo, assim considerada a escritura pública de doação de imóveis ou o documento equivalente passível de ser levado a registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- c) em se tratando de doação, na data da lavratura da escritura pública de partilha decorrente de divórcio ou dissolução de união estável, em relação ao excedente de meação que beneficiar uma das partes.
- d) em se tratando de *causa mortis*, na data do óbito, na lavratura da escritura pública de partilha ou adjudicação extrajudicial, decorrente de inventário, em relação ao excedente de quinhão que beneficiar uma das partes.
- e) em se tratando de doação, na data do registro na junta comercial do ato de transmissão de quotas de participação em empresas ou do patrimônio de empresário individual.

CADERNO 4 - FISCAL (TARDE)**CONTABILIDADE FISCAL***Marcondes Fortaleza*

126. Sobre conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e classificação dos fatos contábeis, marque a assertiva incorreta:

- a) Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.
- b) A contabilidade é a ciência que tem por objeto o patrimônio das aziendas.
- c) É objetivo da contabilidade fornecer informações em geral a todos os públicos que se interessem por qualquer tipo de questão.
- d) A contabilidade não tem a responsabilidade de criar o sistema gerencial para apuração de custos.
- e) A compra de mercadorias com desconto obtido em função do volume representa um fato contábil permutativo.

127. Marque a alternativa correta:

- a) o pagamento de uma duplicata com juros é um fato contábil modificativo diminutivo.
- b) o balancete de verificação pode ser elaborado em modelos de vão de 3 a 8 colunas.
- c) compra de mercadoria, com pagamento de parte à vista, é um fato registrado através de um lançamento de segunda fórmula.
- d) a equação Ativo + PL = Passivo indica uma situação líquida favorável.
- e) a finalidade da contabilidade é controlar o patrimônio.

128. Uma empresa contraiu um empréstimo de R\$ 10.000,00. Na transação houve custos de transação de 500,00. No registro da obtenção do empréstimo,

- a) O ativo aumentou R\$ 10.000,00.
- b) O passivo aumentou R\$ 10.000,00.
- c) O PL diminuiu R\$ 500,00.
- d) As aplicações de recursos superaram as origens de recursos em R\$ 500,00.
- e) O resultado do exercício não foi afetado.

129. De acordo com o CPC 00 (R2), para que exista um passivo, os seguintes critérios devem ser satisfeitos:

- I. A entidade tem uma obrigação
- II. A obrigação é de transferir um recurso econômico
- III. A obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados
- IV. Outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor do passivo.

Marque a alternativa que contém todos os itens corretos:

- a) I, II e III
- b) III e IV
- c) I e IV
- d) I e III
- e) I, III e IV

130. Em setembro de 2026, uma empresa adquiriu um equipamento para o ativo imobilizado pelo valor hipotético de R\$ 700.000,00. O pagamento desse ativo foi:

- 30% à vista;
- 20% em uma parcela ao final de 12 meses; e
- 50% em uma parcela ao final de 24 meses.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa recebeu, de um cliente, 70% de um valor total de R\$ 140.000,00, que se encontrava atrasado. Aproveitando essa oportunidade, pagou uma

duplicata de um fornecedor no valor de R\$ 50.000,00.

Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de setembro de 2026 e desconsiderando qualquer aspecto relativo ao ajuste a valor presente, é correto afirmar:

- a) Não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.
- b) O ativo da empresa aumentou em R\$ 440.000,00.
- c) O ativo da empresa aumentou em R\$ 538.000,00.
- d) O passivo da empresa aumentou em R\$ 700.000,00.
- e) O patrimônio líquido variou, negativamente, em R\$ 260.000,00.

131. Em um trabalho de asseguuração realizado na Cia. MAVIFOR, o auditor Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade no início de julho de 2022 por R\$ 98.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 2.000,00. Em 31.12.2026, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 4.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade.

Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2026, correspondeu, em R\$, a

- a) 98.000,00.
- b) 58.000,00.
- c) 62.000,00.
- d) 65.200,00.
- e) 61.200,00.

132. Sobre a Estrutura Conceitual de Contabilidade, marque a alternativa correta.

- a) O relatório de informações financeiras impõe custos, e é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações. Felizmente, não há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.
- b) A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta é necessariamente uma entidade legal.
- c) Controle não vincula um recurso econômico à entidade.
- d) Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.
- e) O ativo ou passivo não pode existir se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa.

133. A empresa MAVIFOR, que trabalha no ramo de compra e venda de televisores, apresentou, no final do mês de setembro de 2026, a seguinte movimentação:

I. Venda a prazo de mercadorias pelo montante de R\$ 400.000,00.

II. Desconto comercial concedido, no valor de R\$ 40.000,00.

III. ICMS sobre vendas de 15%.

IV. O CMV representa 35% do valor das vendas brutas diminuídas das deduções de vendas.

Com base nas informações disponibilizadas, o lucro operacional bruto do mês de setembro de 2026 foi:

- a) R\$ 238.900,00
- b) R\$ 198.900,00
- c) R\$ 286.000,00
- d) R\$ 185.900,00
- e) R\$ 306.000,00

134. A empresa ILUSTRES S.A., em dezembro de 2026, apresentou as informações a seguir:

Processos	Valor estimado de forma confiável (em R\$ mil)	Classificação dada pela área jurídica
X	30.000,00	Possível
Y	18.000,00	Provável
Z	4.000,00	Remoto

Com base nessas informações, a empresa ILUSTRES S.A. é requerida a apresentar em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2026, provisão no valor, em reais, de:

- a) R\$ 18.000,00.
- b) R\$ 30.000,00.
- c) R\$ 4.000,00.
- d) R\$ 48.000,00.
- e) R\$ 400,00.

135. Em 01/09/2026, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 360.000, com início de utilização imediata. Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2026.

- a) Ativo Circulante: R\$ 120.000 / Ativo não Circulante: R\$ 200.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 160.000 / Ativo não Circulante: R\$ 200.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 120.000 / Ativo não Circulante: R\$ 120.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 40.000 / Ativo não Circulante: R\$ 320.000.
- e) Ativo Circulante: R\$ 120.000 / Ativo não Circulante: 0.

136. Determinada entidade, realizando um levantamento patrimonial, constatou a existência de dois veículos no valor de R\$ 4.000,00 cada um; um imóvel, que usa como sede, no valor de R\$ 20.000,00; estoques de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 10.000,00; móveis e utensílios no valor de R\$ 5.000,00; uma máquina, totalmente depreciada, comprada por R\$ 4.000,00; uma dívida com os fornecedores de mercadorias, para pagamento em trinta dias, no valor de R\$ 5.200,00; impostos a pagar no valor de R\$ 2.700,00; duplicatas descontadas junto ao banco no valor de R\$ 5.000,00, por cujo pagamento a entidade é responsável junto ao banco.

Nesse contexto, o patrimônio líquido dessa entidade é de

- a) R\$ 43.000,00.
- b) R\$ 30.100,00.
- c) R\$ 48.000,00.
- d) R\$ 26.100,00.
- e) R\$ 38.300,00.

137. A companhia MAVIFOR Ltda comprou um equipamento pelo valor de R\$ 108.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 129.000,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 9.000,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2026. A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2026, considerando o método linear, foi de:

- a) 12.000,00
- b) 4.000,00
- c) 8.000,00
- d) 6.600,00
- e) 6.000,00

138. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2026, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 40.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 39.443,50

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 75.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2026, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2026,

- a) Receita de Vendas = R\$ 79.443,50.
- b) Receita de Vendas = R\$ 75.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 75.000,00 e Receita Financeira = R\$ 280,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 75.000,00 e Receita Financeira = R\$ 4.443,50.
- e) Receita de Vendas = R\$ 79.443,50 e Receita Financeira = R\$ 296,23.

139. A empresa A comprou, em 01.01.26, 60% da empresa B, passando a deter seu controle. Em 2026, a empresa teve um lucro de 100.000,00. Marque a alternativa que apresenta o lançamento na investidora, em decorrência do lucro apurado pela investida

- a) não haverá lançamento.
- b) D- Investimentos-----60.000,00
C- Receita de Dividendos-----60.000,00
- c) D- Investimentos-----100.000,00
C- Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial--
-----100.000,00
- d) D- Investimentos-----100.000,00
C- Receita de Dividendos-----100.000,00
- e) D- Investimentos-----60.000,00
C- Resultado positivo na Equivalência Patrimonial--
-----60.000,00

Com base no balanço patrimonial da empresa MAVIFOR, apresentado a seguir, responda à questão de número 140.

Balanço patrimonial findo em 31.12.2019			
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	75.000,00	Fornecedores	90.000,00
Aplicações financeiras	125.000,00	Salários a pagar	60.000,00
Contas a receber	175.000,00	Empréstimos bancários	20.000,00
Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10.000,00)	IRPJ E CSLL a recolher	45.400,00
Estoque de mercadorias	140.000,00	Impostos e contribuições a recolher	175.000,00
Adiantamentos diversos	12.500,00	Contas a pagar	35.000,00
Impostos a Recuperar	140.000,00	Total dos passivos circulantes	425.400,00
Total dos ativos circulantes	657.500,00		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Títulos a Receber	70.000,00	Contingências trabalhistas	84.500,00
Depósitos Judiciais	22.500,00	Total dos passivos não circulantes	84.500,00
Ativo Imobilizado	190.000,00		
Depreciação/Amortização acumuladas	(40.000,00)	Patrimônio líquido	
Ativos Intangíveis	50.000,00	Capital	300.000,00
Total dos ativos não circulantes	292.500,00	Reserva Legal	7.500,00
		Reserva de Lucros	132.600,00
		Total patrimônio líquido	440.100,00
Total dos ativos	950.000,00	Total dos passivos	950.000,00

140. Indique o valor, em Reais, do índice de liquidez geral, com apenas dois dígitos e considerando critério de arredondamento.

- a) 0,95
- b) 1,05
- c) 1,55
- d) 1,47
- e) 1,38

AUDITORIA FISCAL

Guilherme Sant'Anna

141. Durante auditoria das demonstrações contábeis de determinada companhia comercial, o auditor independente definiu procedimentos para obter evidência sobre disponibilidades, ativo imobilizado, documentação de auditoria e riscos de fraude. Considerando as NBC TA 200 (R1), 230 (R1), 240 (R1) e 500 (R1), assinale a alternativa correta.

- a) A conferência de cálculos constitui procedimento suficiente, por si só, para comprovar a existência física de numerário em caixa, dispensando inspeção ou contagem.
- b) A inspeção física de bem do ativo imobilizado pode fornecer evidência quanto à sua existência, mas não comprova, isoladamente, direitos da entidade sobre o bem nem a adequação de sua mensuração contábil.
- c) A documentação de auditoria deve ser preparada apenas para uso do auditor responsável pelo trabalho, sendo desnecessário que outro auditor experiente compreenda os procedimentos executados.
- d) A responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraudes nas demonstrações contábeis é do auditor independente, pois sua opinião confere segurança razoável aos usuários externos.
- e) A experiência anterior positiva do auditor com a administração autoriza a redução do ceticismo profissional quando não houver indícios formais de fraude.

142. No exame de operações acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, o Auditor Fiscal confrontou arquivos XML, registros da EFD-ICMS/IPI, DANFEs arquivados pelo contribuinte e informações disponíveis na base da administração tributária. Constatou que parte das mercadorias havia circulado com arquivos XML gerados internamente, porém sem autorização de uso da NF-e. Nesse caso, considerando a sistemática da NF-e e a lógica de auditoria fiscal digital,

- a) o arquivo XML gerado pelo emissor constitui documento fiscal idôneo desde sua assinatura digital, ainda que não tenha sido autorizado pela administração tributária.
- b) o DANFE substitui a NF-e para todos os fins fiscais, de modo que sua apresentação afasta a necessidade de verificar a autorização de uso do documento eletrônico.
- c) a autorização de uso da NF-e implica homologação material da operação pela administração tributária, inclusive quanto à veracidade da mercadoria, do preço e da tributação aplicada.
- d) o arquivo digital da NF-e somente pode ser utilizado como documento fiscal após sua transmissão eletrônica e a concessão da autorização de uso pela administração tributária competente.
- e) a circulação física da mercadoria regulariza eventual ausência de autorização de uso, desde que o destinatário tenha registrado a entrada na escrituração fiscal digital.

143. Durante auditoria independente, o auditor avaliou riscos relevantes nas contas de receitas, clientes e estoques. Para responder aos riscos avaliados, combinou testes de controles, procedimentos substantivos, confirmações externas, inspeção documental e procedimentos analíticos. Considerando as NBC TA 330 (R1) e 500 (R1), é correto afirmar:

- a) A natureza, a época e a extensão dos procedimentos devem ser definidas em resposta aos riscos avaliados, e a evidência obtida deve ser suficiente e apropriada, considerando quantidade, relevância e confiabilidade.
- b) A adequação da evidência refere-se à quantidade de documentos examinados, enquanto a suficiência corresponde à confiabilidade da fonte da evidência.
- c) Quando o risco de distorção relevante é elevado, o auditor pode reduzir a extensão dos procedimentos se os controles internos forem formalmente descritos em manuais da entidade.
- d) Evidências produzidas internamente pela entidade são sempre mais confiáveis que evidências externas, pois derivam diretamente dos registros contábeis auditados.
- e) A obtenção de grande volume de evidências compensa, em qualquer circunstância, a baixa qualidade das evidências disponíveis.

144. No curso de auditoria fiscal em empresa varejista contribuinte do ICMS, o Auditor Fiscal verificou que os extratos bancários apresentavam depósitos mensais significativamente superiores às receitas escrituradas na EFD-ICMS/IPI. A empresa informou que as diferenças correspondiam a empréstimos informais de terceiros e aportes eventuais de sócios, mas não apresentou contratos, registros contábeis de passivo, comprovantes de origem dos recursos ou documentos de suporte. Considerando a lógica das presunções fiscais e dos procedimentos de auditoria,

- a) a diferença entre depósitos bancários e receitas escrituradas deve ser desconsiderada, pois extratos bancários não constituem evidência utilizável em auditoria fiscal.
- b) a autuação somente seria possível se o Auditor Fiscal identificasse cada venda omitida, com indicação individualizada da mercadoria, do comprador e da respectiva NF-e inexistente.
- c) a alegação de empréstimos informais é suficiente para afastar a presunção de omissão de receitas, desde que apresentada antes da lavratura do auto de infração.
- d) a divergência tem natureza exclusivamente contábil, sem repercussão tributária, porque entradas bancárias não se confundem juridicamente com circulação de mercadorias.
- e) a entrada de recursos sem comprovação idônea de origem pode caracterizar suprimimento de caixa ou de disponibilidades não comprovado, autorizando presunção de omissão de operações tributáveis.

145. A unidade de auditoria interna de uma sociedade de economia mista estadual elaborou plano de trabalho para avaliar processos de compras, controles de estoque, aderência a normas internas e gestão de riscos operacionais. À luz da NBC TI 01 e da distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil, assinale a alternativa correta.

- a) A auditoria interna tem como objetivo principal emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis para usuários externos, substituindo o trabalho do auditor independente quando houver controles internos robustos.
- b) A auditoria interna é atividade desvinculada da administração da entidade e deve emitir laudo pericial sempre que identificar indícios de fraude.
- c) A auditoria interna compreende exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, com vistas a avaliar processos, sistemas de informações, controles internos e gestão de riscos, assistindo a administração no cumprimento de seus objetivos.
- d) A perícia contábil possui finalidade exclusiva de prevenção de fraudes, sendo inaplicável à produção de prova técnica em processos judiciais ou administrativos.
- e) Os testes de observância, no âmbito da auditoria interna, destinam-se exclusivamente à mensuração monetária de saldos contábeis, sem relação com o funcionamento de controles.

146. O auditor independente decidiu utilizar amostragem de auditoria para testar registros de entradas de mercadorias, créditos de ICMS e saldos de fornecedores. Para tanto, definiu população, unidade de amostragem, distorção tolerável e risco de amostragem. Com base na NBC TA 530, assinale a alternativa correta.

- a) O risco de amostragem corresponde à possibilidade de a conclusão do auditor baseada na amostra ser diferente daquela que seria alcançada se toda a população fosse submetida ao mesmo procedimento de auditoria.
- b) O aumento da distorção tolerável tende, mantidos os demais fatores, a aumentar o tamanho da amostra, pois o auditor passa a exigir maior precisão na estimativa.
- c) A amostragem de auditoria exige, em qualquer hipótese, seleção estatística e uso da teoria das probabilidades para avaliação dos resultados.
- d) A amostragem é inaplicável a testes de controles, sendo admitida apenas em procedimentos substantivos sobre saldos contábeis.
- e) A seleção aleatória dispensa a definição prévia da população, pois a aleatoriedade da escolha corrige eventual inadequação da base amostral.

147. Durante auditoria das demonstrações contábeis, o auditor identificou lançamentos manuais relevantes no encerramento do exercício, reconhecimento antecipado de receitas para cumprimento de metas, baixas de estoque sem documentação e pagamentos a fornecedores não conciliados com documentação externa. Considerando a NBC TA 240 (R1), assinale a alternativa correta.

- a) Fraude e erro distinguem-se principalmente pela materialidade do valor envolvido, de modo que distorções imateriais devem ser tratadas como erros.
- b) A existência de controles internos formalmente aprovados elimina a possibilidade de fraude praticada pela administração.

c) O auditor deve presumir que documentos e registros são falsos sempre que houver lançamentos manuais de encerramento, dispensando avaliação adicional.

d) O risco de não detectar distorção relevante decorrente de fraude é maior que o risco de não detectar distorção relevante decorrente de erro, especialmente porque a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissão intencional e burla de controles.

e) A responsabilidade pela prevenção e detecção de fraude é transferida ao auditor independente a partir do momento em que ele aceita o trabalho.

148. Em auditoria fiscal, o Auditor Fiscal examinou créditos de ICMS registrados na EFD com base em documentos fiscais supostamente extraviados. A empresa apresentou apenas planilhas internas com resumo das operações e declarou que os documentos originais haviam sido descartados por engano. Considerando a NBC TA 230 (R1) e a finalidade da documentação de auditoria, assinale a alternativa correta.

a) As planilhas internas elaboradas pelo contribuinte substituem integralmente os documentos fiscais, desde que contenham data, valor, CFOP e identificação do fornecedor.

b) A documentação de auditoria deve permitir a compreensão, por auditor experiente sem envolvimento anterior no trabalho, dos procedimentos executados, da evidência obtida e das conclusões alcançadas.

c) A ausência de documentação original deve ser suprida por explicações verbais da administração, pois tais explicações possuem a mesma força probatória de documento externo.

d) A documentação de auditoria serve exclusivamente para arquivar achados finais, sendo dispensável registrar a extensão dos procedimentos quando a conclusão do auditor for clara.

e) O auditor deve aceitar a escrituração fiscal digital como evidência suficiente e apropriada em qualquer caso, pois sua transmissão ao Fisco presume a validade material dos créditos.

149. No levantamento fiscal de empresa industrial, o Auditor Fiscal comparou o inventário físico de mercadorias com os saldos constantes da EFD-ICMS/IPI e do controle interno de estoques. Verificou que o estoque físico era inferior ao escriturado em quantidade relevante. A empresa alegou perdas por avaria e vencimento, mas não apresentou laudos, registros de baixa, documentos fiscais correspondentes ou controles internos consistentes. Nesse caso,

- a) a divergência deve ser considerada irrelevante, pois diferenças entre estoque físico e escrituração não possuem relação com a apuração do ICMS.
- b) a fiscalização somente poderá exigir ajuste na escrituração do inventário, sendo vedada a lavratura de auto de infração sem prova direta de cada venda omitida.
- c) a alegação de perda por avaria afasta a presunção fiscal, ainda que desacompanhada de documentação, porque perdas não constituem circulação de mercadorias.
- d) a existência de sistema de gestão empresarial com controle por código de barras dispensa a inspeção física e a reconciliação com a escrituração fiscal.
- e) a ausência de comprovação idônea das baixas pode autorizar a conclusão de que houve saída de mercadorias sem documentação fiscal, com repercussão na exigência do imposto.

150. No planejamento de auditoria, foram identificadas diversas distorções individualmente inferiores à materialidade definida para as demonstrações contábeis como um todo. Apesar disso, o auditor decidiu acumular as distorções identificadas, reavaliar os riscos e revisar a estratégia de auditoria. Com base na NBC TA 320 (R1), assinale a alternativa correta.

- a) A conduta é incorreta, pois distorções individualmente inferiores à materialidade devem ser automaticamente desconsideradas.

- b) A materialidade fixada no planejamento é imutável e não pode ser revista após o início dos procedimentos substantivos.

- c) A conduta é correta, pois distorções individualmente pequenas podem, em conjunto, tornar-se relevantes, exigindo reavaliação da materialidade, dos riscos e da resposta de auditoria.

- d) A revisão da materialidade somente é admitida quando houver alteração formal do contrato de auditoria.

- e) A materialidade de desempenho é cálculo padronizado e puramente matemático, sem relação com julgamento profissional.

151. Durante fiscalização em contribuinte do ICMS, o Auditor Fiscal analisou o razão contábil, a ECD, a EFD, extratos bancários, contas de fornecedores e o inventário. Foram constatados saldo credor de caixa, obrigações mantidas no passivo sem comprovação de exigibilidade, pagamentos não escriturados e ingressos bancários sem origem identificada. Considerando a lógica das presunções fiscais, assinale a alternativa correta.

- a) Saldo credor de caixa, passivo fictício, falta de escrituração de pagamentos e suprimento de caixa não comprovado são indícios qualificados que podem autorizar presunção de omissão de operações tributáveis, cabendo ao contribuinte afastá-la mediante prova idônea.

- b) A manutenção de obrigações inexistentes no passivo não possui relevância fiscal, pois afeta apenas a apresentação patrimonial da entidade.

- c) Saldo credor de caixa demonstra exclusivamente erro formal de escrituração, sem possibilidade de relação com receitas omitidas.

- d) Ingressos bancários sem origem comprovada somente podem gerar autuação se acompanhados de confissão expressa do contribuinte.

- e) A falta de escrituração de pagamentos efetuados afasta a presunção de omissão de receitas, pois revela apenas redução indevida do passivo.

152. O auditor independente enviou solicitações de confirmação externa positiva a clientes relevantes da entidade auditada. Parte dos clientes não respondeu. Além disso, surgiram indícios de que a administração poderia estar interferindo no processo de comunicação com terceiros. Considerando a NBC TA 505 e a confiabilidade das confirmações externas, assinale a alternativa correta.

- a) A ausência de resposta a confirmação positiva deve ser tratada, automaticamente, como confirmação da informação registrada pela entidade.
- b) A confirmação negativa é preferível quando o risco de distorção relevante é alto, pois a falta de resposta representa evidência conclusiva de concordância.
- c) A confirmação externa, por ser obtida de terceiro, deve prevalecer sempre sobre qualquer outra evidência, ainda que haja inconsistências relevantes no conjunto probatório.
- d) A eficácia da confirmação externa pode ser comprometida quando houver indícios de interferência da entidade auditada na comunicação entre o auditor e o terceiro, exigindo procedimentos adicionais ou alternativos.
- e) A não resposta de terceiros obriga o auditor, em qualquer circunstância, a emitir abstenção de opinião.

153. No encerramento das demonstrações contábeis, o auditor independente identificou risco de manipulação de receitas e ajustes indevidos efetuados pela administração. Para responder a esse risco, planejou procedimentos adicionais sobre lançamentos contábeis, estimativas e ajustes de consolidação. Considerando a NBC TA 330 (R1) e a NBC TA 240 (R1), assinale a alternativa que apresenta procedimento substantivo apropriado ao encerramento.

- a) Verificar se as ordens de compra de materiais de expediente foram aprovadas por empregados autorizados durante todo o exercício.

b) Examinar lançamentos contábeis relevantes no livro diário, outros ajustes efetuados na elaboração das demonstrações contábeis e lançamentos manuais próximos ao encerramento do período.

c) Observar se funcionários do almoxarifado cumprem a rotina interna de requisição de materiais.

d) Testar a existência formal de política de senhas para acesso ao sistema contábil, sem examinar os registros alterados.

e) Avaliar se o fluxograma de compras descreve segregação de funções entre solicitação, aprovação e recebimento.

154. O Auditor Fiscal confrontou informações da ECD, da EFD-ICMS/IPI, das NF-e emitidas e de confirmação obtida junto ao adquirente. Verificou que a empresa registrou contabilmente recebimento de R\$ 420.000,00 pela venda de mercadorias, mas emitiu NF-e e escriturou a operação fiscal por apenas R\$ 260.000,00. O adquirente confirmou o pagamento integral de R\$ 420.000,00. A empresa auditada não apresentou justificativa para a diferença. Considerando a auditoria fiscal digital e a apuração da base de cálculo do ICMS,

a) deve ser exigido ICMS sobre R\$ 420.000,00, pois a divergência invalida integralmente a NF-e emitida.

b) não cabe autuação, pois a escrituração contábil não pode prevalecer sobre documento fiscal regularmente autorizado.

c) a diferença deve ser tratada como ativo oculto, pois o recebimento integral não foi registrado na contabilidade.

d) a divergência caracteriza passivo fictício, porque houve manutenção de obrigação inexistente no passivo da entidade.

e) deve ser exigido ICMS sobre a diferença de R\$ 160.000,00, pois houve subfaturamento fiscal da operação em relação ao valor efetivamente praticado e confirmado.

155. Ao concluir auditoria das demonstrações contábeis, o auditor independente constatou distorções relevantes em estoques e receitas. A administração recusou-se a efetuar os ajustes propostos. Após avaliar os efeitos das distorções não corrigidas, o auditor concluiu que elas eram relevantes, mas não generalizadas. Considerando as normas relativas à formação da opinião e à emissão do relatório do auditor independente, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve emitir opinião sem ressalva, desde que a administração apresente carta de representação afirmando discordar dos ajustes.
- b) O auditor deve abster-se de opinar sempre que houver qualquer distorção relevante não corrigida, ainda que seus efeitos não sejam generalizados.
- c) O auditor deve emitir opinião com ressalva quando concluir que as distorções não corrigidas são relevantes, mas não generalizadas para as demonstrações contábeis.
- d) O auditor deve emitir opinião adversa sempre que a administração se recusar a efetuar ajustes propostos, independentemente da relevância e da disseminação dos efeitos.
- e) O auditor deve substituir a modificação da opinião por parágrafo de ênfase, pois o parágrafo de ênfase é suficiente para alertar os usuários sobre distorções relevantes.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Bruno Langoni

156. A Bonsucesso Transportes e Mudanças Ltda. obteve decisão de primeira instância que manteve parte da exigência. A empresa recorreu apenas quanto à multa, deixando o tributo fora do recurso, e protocolou pedido de reconsideração à mesma autoridade. O diretor afirma que nada se torna definitivo enquanto pender o recurso. Conforme a

lei municipal do processo administrativo tributário, assinale a alternativa correta.

- a) A parte não recorrida torna-se definitiva desde logo, sendo inadmissível o pedido de reconsideração.
- b) Enquanto pendente o recurso parcial, nenhuma parte da decisão adquire caráter definitivo.
- c) O pedido de reconsideração é admitido quando dirigido à autoridade que proferiu a decisão.
- d) São definitivas as decisões de primeira instância ainda que sujeitas a recurso de ofício não apreciado.
- e) A definitividade da parte não recorrida depende de homologação pela Junta de Recursos Fiscais

157. Intimada a cumprir obrigação relativa a determinado fato, a Assessoria Contábil Rosália Ltda., sediada na Vila Rosália, formulou consulta sobre esse mesmo fato. A autoridade competente declarou a consulta ineficaz e determinou o arquivamento. O advogado da empresa pretende levar a decisão à Junta de Recursos Fiscais. Conforme a lei municipal do processo administrativo tributário, assinale a alternativa correta.

- a) A consulta não produz efeito e da decisão proferida em processo de consulta não cabe recurso.
- b) A consulta produz efeitos normais, já que a intimação anterior para cumprir obrigação não figura entre as causas de ineficácia.
- c) Declarada a ineficácia, cabe pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão.
- d) Da decisão em processo de consulta cabe recurso voluntário à Junta de Recursos Fiscais.
- e) A ineficácia depende de provocação do consulente e não pode ser declarada de ofício

158. A Clínica Galvão Saúde Ocupacional Ltda., em Vila Galvão, foi autuada por falta de recolhimento do imposto e apresentou defesa escrita com documentos, no prazo contado da intimação. Formado o processo, ele seguiu para manifestação sobre as razões da defesa. O gerente entende que essa manifestação é dispensável. Conforme a lei municipal do processo administrativo tributário, assinale a alternativa correta.

- a) A defesa deve ser apresentada em 20 dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação.
- b) O autor do ato impugnado apresentará réplica às razões da defesa em 5 dias úteis.
- c) A manifestação compete à autoridade julgadora de primeira instância, que dispõe de 15 dias úteis.
- d) A instauração da fase contraditória depende de depósito prévio do valor exigido no auto de infração.
- e) A manifestação sobre a defesa é dispensável quando esta vier acompanhada dos documentos comprobatórios das alegações

159. A Produtora Maia Eventos Ltda., sediada no Bosque Maia, recebeu auto de infração de ISS e, em 30 dias contados da intimação, optou por não impugnar e recolher o tributo exigido. A multa não é moratória, não foi imposta isoladamente por obrigação acessória nem decorreu de dolo, fraude ou simulação. O sócio calcula uma redução de 35%. Assinale a alternativa correta.

- a) 50%, percentual que alcança inclusive a multa moratória exigida no mesmo auto de infração.
- b) 35%, percentual reservado a quem deixa de recorrer da decisão que lhe foi contrária.
- c) 60%, redução que alcança também as multas isoladas por descumprimento de obrigação acessória.
- d) Nenhuma redução, pois o benefício exige pagamento anterior a qualquer intimação do sujeito passivo.

- e) 60%, benefício de quem não impugna e paga o tributo exigido no auto

160. A Metalúrgica Picanço Componentes Ltda., no bairro Picanço, protocolou consulta sobre a incidência do ISS em determinada operação, antes de qualquer ação fiscal. Recebida a resposta, o contador sustenta que a proteção contra a instauração de procedimento fiscal se esgota na própria data da ciência. Conforme a lei municipal do processo administrativo tributário, assinale a alternativa correta.

- a) A vedação de procedimento fiscal alcança apenas o período anterior à resposta, cessando na data da respectiva ciência.
- b) A vedação de procedimento fiscal vai até o 30º dia subsequente à ciência da resposta.
- c) A vedação de procedimento fiscal vai até o 10º dia subsequente à ciência da resposta.
- d) A consulta protocolada depois de instaurada a ação fiscal assegura idêntica proteção, desde que verse sobre matéria estranha ao procedimento.
- e) O protocolo da consulta suspende o prazo para recolhimento do tributo consultado até a ciência da resposta final

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>